



**FACULDADE DE DIREITO**  
Universidade de Lisboa

**OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA NAS AÇÕES (DECLARATIVAS E  
EXECUTIVAS) PARA COBRANÇA DA DÍVIDA**

**Vanessa de Jesus Teixeira Martins**

**MESTRADO PROFISSIONALIZANTE CIÊNCIAS JURÍDICO FORENSES**

**(Lisboa - 2018)**



**OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA NAS AÇÕES (DECLARATIVAS E  
EXECUTIVAS) PARA COBRANÇA DA DÍVIDA**

**Vanessa de Jesus Teixeira Martins**

Dissertação apresentada no âmbito do curso de Mestrado Profissionalizante – Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia.

**MESTRADO PROFISSIONALIZANTE CIÊNCIAS JURIDICO FORENSES**

**(Lisboa - 2018)**

*“Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes,  
mas não esqueço de que minha vida é a maior empresa do mundo.  
E que posso evitar que ela vá à falência” – Fernando Pessoa*

**RESUMO:** O processo de insolvência interfere quase sempre de forma inextinguível no desenvolvimento das restantes ações judiciais em que o devedor, ora insolvente, seja parte, podendo tais interferências manifestar-se desde logo com a entrada do pedido de insolvência ou mesmo até ao encerramento do processo.

Sendo o processo de insolvência um processo *universal* e *concursal*, ficam vedados ao insolvente os atos de disposição e de administração dos bens que integram a massa insolvente, e dos que a possam afetar, bem como fica vedado aos credores a possibilidade de obterem o pagamento dos respetivos créditos por outra via que não seja através do processo de insolvência (princípio *par condition creditorum*, corresponde a uma exigência de justiça distributiva ou solidariedade económica natural entre credores).

O alcance dos efeitos da declaração de insolvência sobre as ações judiciais, sobretudo os efeitos externos que atingem os processos e podem abranger outras pessoas que não o devedor, assumem relevância na medida em que têm suscitado muitas dúvidas aos diversos profissionais forenses, motivo pelo qual me proponho a indicar as aludidas implicações processuais, de forma metódica, na minha exposição.

Assim, é sobre esta matéria que me irei debruçar e que se encontra essencialmente regulada no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), sendo que apenas irei expor as implicações processuais nas ações judiciais (declarativas e executivas) para cobrança da dívida, iniciando a minha exposição com a evolução histórica do regime da insolvência, passando posteriormente pela evolução do regime em específico em Portugal.

**PALAVRAS-CHAVES:** Efeitos da Declaração de Insolvência; Ações Declarativas e Ações Executivas.

**ABSTRAC:** The insolvency proceedings almost always interfere with the development of the lawsuits regarding the debtor, now insolvent; such interference can be revealed from the moment the insolvency application is filed or even until the proceedings are closed.

The insolvency is a universal procedure that prevents the insolvent from disposing and administering the assets that come to integrate the insolvency mass and assets that potentially could affect the mass; also prevents the creditors from getting paid by another mean than the insolvency proceeding (*par condition creditorum* principle as a demand for distributive justice and economic solidarity amongst the creditors).

The effects of the insolvency declaration on the actions under way are external and affect the pending proceedings and third parties in such proceedings, assuming relevance and raising doubts to the various forensic professionals, for this reason I propose to indicate the aforementioned procedural implications, in a methodical way, in my exposition.

It is on this matter that I will focus my study, which is regulated in the Insolvency and Recovery Code (CIRE); I will only expose the procedural implications in the declarative and executive actions for payment of amount in debt, beginning my exposure with the historical evolution of the insolvency regime, in particular in the Portuguese case.

**KEY WORDS:** Effects declaration of insolvency; Declarative Action and Executive Action.

**LISTA DE ABREVIATURAS:**

**ART./ARTS.** – ARTIGO/ARTIGOS

**CC** – CÓDIGO CIVIL

**CFR.** - CONFORME

**CIRE** – CÓDIGO DE INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

**CIT.** – CITADA

**COORD.** - CORDENADO

**CPEREF** – CÓDIGO DOS PROCESSOS ESPECIAIS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA E DA FALÊNCIA

**CPC** – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

**CRP** – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

**CSC** – CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

**D.L.** – DECRETO DE LEI

**DR.** – DIÁRIO DA REPÚBLICA

**IAPMEI** – INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO

**LULL** - LEI UNIFORME DAS LETRAS E LIVRANÇAS

**OB.** – OBRA

**PEPAP** – PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTOS

**PER** – PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO

**PG.** - PÁGINA

**PROC.** – PROCESSO

**SÉC.** - SÉCULO

**SS** - SEGUINTE

**VOL.** - VOLUME

**INDICE:**

1) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REGIME DA INSOLVÊNCIA	1
1.1) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REGIME DA INSOLVÊNCIA EM PORTUGAL	8
2) ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO	16
3) EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA EM ACÇÕES DECLARATIVAS	23
4) EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA EM ACÇÕES EXECUTIVAS	34
5) EFEITOS DO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO (PER) E DO PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTOS (PEPAP) NAS AÇÕES PARA COBRANÇA DA DÍVIDA	55
5.1) EFEITOS DO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR VIA EXTRAJUDICIAL (SIREVE) NAS AÇÕES PARA COBRANÇA DA DÍVIDA	62
 CONCLUSÃO	 66
 BIBLIOGRAFIA	 70

## 1) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REGIME DA INSOLVÊNCIA:

Para aferirmos a evolução histórica deste regime da insolvência temos de recuar aos primórdios do Direito Romano.

Inicialmente, o Direito Romano não conhecia o instituto da falência ou insolvência, uma vez que a Lei das XII Tábuas assentava numa discussão de responsabilidade pessoal e não numa responsabilidade patrimonial, como atualmente.

A responsabilidade pessoal do devedor refletia-se, nos primórdios do Direito, na atribuição aos credores de poderes amplos sobre o devedor, poderes estes conferidos pela dívida contraída, tendo o credor o poder de dispor sobre o corpo do devedor. Ou seja, podia o credor apoderar-se do devedor e fazer deste seu escravo, vende-lo ou até ordenar a sua morte por esquartejamento, todas estas medidas legalmente admissíveis nos termos dos trâmites de execução referidos na Tábua III, da Lei das XII Tábuas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A Tábua III era composta por seis leis que descreviam o faseamento do cumprimento das obrigações, sendo as mesmas:

1ª Lei – Referia-se aos trâmites iniciais da execução duma dívida em que o devedor que não cumprisse voluntariamente com a sua obrigação era chamado a juízo. Tratava-se de uma fase/processo declarativo da dívida, e estabelecia esta lei um prazo de 30 dias de benevolência, após a confissão da dívida ou após a sentença condenatória, para que o responsável pela dívida conseguisse dispor das suas coisas e pagar a dívida a que foi condenado;

2ª Lei – Após o concedido prazo de 30 dias é que passava a existir um incumprimento, sendo o devedor levado novamente a juízo. Contudo a *confessio in iure* das dívidas em dinheiro e a *iudicatio* não correspondiam ao direito do credor de poder executar, de forma imediata a dívida, ou, executa-la pelas suas próprias mãos, aliás, a *vindicta privata* não era admitida pela Lei das XII Tábuas, pelo menos como princípio geral;

3ª Lei – Em juízo, e decorrido o prazo de 30 dias, caso não tivesse ocorrido o cumprimento da obrigação ou apresentado o devedor um defensor ou afiançador, o juiz decretava a verdadeira *manus iniectio* adjudicando o devedor ao credor. Estabelecendo depois a *manus iniectio*, em que o devedor ficava numa posição completamente indefesa e às mãos do credor (quase de escravidão);

4ª Lei – O devedor durante o período que se mantivesse no cárcere do credor podia viver à custa do que era seu, uma vez que não estava juridicamente reduzido a escravo, mas apenas com limitação do uso dos seus direitos de personalidade (todavia, não estando em liberdade vivia como escravo). Como esta situação não o privava do seu património, o credor era mesmo assim obrigado a dar-lhe, no limite, uma libra de farinha por dia.

5ª Lei – Decorrido 60 dias desde que o devedor se manteve no cárcere, este era levado pelo credor a três feiras para ser resgatado, de forma a que alguém liquidasse a sua dívida, mas nunca poderia ser comprado.

6ª Lei – Decorridas todas as diligencias anteriores, sem que fosse cumprida a obrigação, o credor podia exercer todas as faculdades contidas na *manus iniectio*, nomeadamente o devedor podia oferecer-se em penhor (*se nexum dare*) ao seu credor, de forma a conseguir libertar-se da obrigação através do seu



Ora, com a evolução civilizacional, os Romanos tiveram a preocupação de criar novas regras que mudaram significativamente a Lei das XII Tábuas, impedindo a situação dramática em que eram colocados os devedores.

Contudo, apenas a partir de 491, e por decisão de Zenão, é que a responsabilidade pessoal deixou de consistir no cárcere privado e passou a ser realizada em cadeia do Estado.

Na fase final da época romana, a execução passa assumir uma função predominantemente patrimonial, deixando a primazia da responsabilidade pessoal, até então estabelecida, e, para além da utilização para o efeito da *missio in possessionem* ou da *cessio bonoru*, passa-se a admitir agora a venda do património do falido através da *bonorum veditio*.

Porém, grande parte destas novas regras constituíram normas específicas de direito comercial, introduzidas no *Jus Civile*, e regulavam essencialmente os aspetos mais relevantes da sociedade, designadamente as atividades de agricultura e na propriedade da terra.

Com a expansão comercial e intercâmbio com outros povos, os cidadãos romanos viram-se forçados a desenvolver novas regras jurídicas não privativas<sup>2</sup> – o *Jus Gentium*. Mais tarde, o direito justiniano criou a figura da *concordata* e a *moratória* por cinco anos, como meio de prevenção da insolvência, o que originou o convénio falimentar.

Inicialmente, a *concordata* foi restrita à herança insolvente (*pactum ut minus salvatur*) e, posteriormente, passou a consistir um acordo da maioria dos credores que

---

trabalho, ou, em consequência ficava escravo deste, e aqui podia depois ser vendido fora da cidade e morto por esquartejado, sendo neste caso as partes do corpo repartidas pelos vários credores que tivesse. Cfr. LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Direito da Insolvência*, 7ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro de 2017, pg. 21 e 22; CRUZ, SEBASTIÃO, *Direito Romano (ius romanum)* Vol. I, 4ª Edição, Coimbra, Dislivro, 1984, pg. 185-196.

<sup>2</sup> CORREIA, MIGUEL J. A. PUPO – *Direito Comercial – Direito da Empresa*, 11ª Edição, Lisboa, Ediforum-Edições Jurídicas, setembro de 2009.

acabaria por vincular a minoria (*pacto de non potendo*), como um primitivo plano de insolvência.

O Direito Romano pouco influenciou o direito medieval, absorvendo apenas o instituto do concurso de credores, em que a correspondente apreensão de bens realizada pelas autoridades foi introduzida pelas normas de origem germânica, nascidas por obra dos glosadores e que se aproximavam à *missio in possessionem* romana.

Com esta aproximação do Direito Romano às legislações lombarda e franca desenvolveu-se a base de todas as legislações falimentares modernas.

O incremento exponencial da atividade comercial na Europa veio fomentar a necessidade de alterar os procedimentos e atos judiciais, de forma a desviar os comerciantes do perigo das falências em cadeia, motivo pelo qual a falência é considerada uma criação medieval.

A cidade de Florença criou, em 1415, o Estatuto de Florença, que previa que a falência supunha a cessão de pagamentos, bem como a retroatividade da declaração de *quebra*, e os atos praticados pelo falido ou dos seus representantes, depois de uma falência notória ou iminente, presumiam-se simulados e eram declarados nulos, bem como os pagamentos realizados em favorecimento de alguns credores em detrimento de outros eram restituíveis e anulados.

A legislação e o pensamento doutrinário que surgiram em redor da temática da *quebra*, desenvolvido em Itália, influenciou o restante comércio da Europa e contribuiu para a unificação da legislação comercial em França, influenciando o Código Napoleónico.

Com a revolução francesa, impulsionada em 1789, os ideais de Napoleão Bonaparte receberam muitos seguidores e, com a sua coroação de imperador e consequente poder, conseguiram estabelecer uma nova forma de governo e acervo legislativo, designadamente *Code de Commerce de 1807*.

É através da *Code de Commerce*, mais concretamente no Livro III com a epígrafe *Des faillites et des banqueroutes*, nos arts. 437º a 614º, que surge a primeira codificação do direito falimentar aplicável exclusivamente a comerciantes, definidos como pessoas que praticam atos de comércio como ocupação habitual (art. 1º do *Code de Commerce*).

Desde logo, na epígrafe é efetuada a distinção entre *falido* e *bancarrota*, definindo, no art. 437º do referido *Code de Commerce*, *falido* como aquele que cessa os seus pagamentos e o estado de *bancarrota* quando a falência resulta de falta grave ou fraude, segundo o art. 438º do *Code de Commerce*.<sup>3</sup>

A partir do momento em que era decretada a falência, o falido ficava despojado do direito de administrar todos os seus bens (art. 442º *Code de Commerce*), verificando-se o vencimento imediato de todos os atos praticados nos dez dias anteriores à abertura da falência (art. 443º *Code de Commerce*). Após a verificação de falência, os agentes eram afastados e o comissário dispunha de três dias para proceder à elaboração da lista de credores, sendo esta entregue ao Tribunal de Comércio, que convocava os credores por carta, cartazes ou por um anúncio num jornal (art. 476º *Code de Commerce*).

Em seguida, o comissário procedia à verificação dos créditos e garantia a inexistência de mais credores (art. 501º *Code de Commerce*). No prazo de três dias era convocada a assembleia de credores (art. 514º *Code de Commerce*), na qual os credores poderiam aprovar uma concordata com o falido, desde que aprovada com uma maioria representativa de três quartos da dívida verificada (art. 519º *Code de Commerce*).

Nos casos de *bancarrota*, impunha-se a distinção entre a *bancarrota simples* e a *bancarrota fraudulenta*.

A *bancarrota simples* verificava-se quando as despesas mensais eram consideradas excessivas, que ocorriam através das seguintes situações: em caso de ser

---

<sup>3</sup> De acordo com o art. 439º do *Code de Commerce*, quando a falência resulta de falta grave (*banqueroute simple*) o julgamento ocorria nos tribunais correccionais, no caso de a falência resultar de fraude (*banqueroute frauduleuse*) seguia o seu curso nos tribunais criminais.

admitido que o falido geriu sem a diligência exigida; em caso de o resultado do último inventário os seus ativos ser cinquenta por cento inferior ao seu passivo; ou se o aumento considerável da dívida resultasse da venda dos seus produtos com perdas; ou abaixo do preço de custo (art. 586º *Code de Commerce*).

No que respeita à *bancarrota fraudulenta*, o critério para a sua determinação tinha em conta a não justificação do uso de todas as receitas; o desvio de receitas e bens; a não contabilização de dívidas; vendas ou doações realizadas em negócios fictícios; vendas simuladas; privilegiar certos credores em detrimento de outros; ou se depois de verificada a falência houver desvio de dinheiros, mercadorias ou bens; adjudicar um imóvel ou bem móvel em favor de um credor sem conhecimento dos restantes; ou se escondeu os livros contabilísticos (cfr. art. 593º *Code de Commerce*).

Em ambos os casos de bancarrota, o *Code de Commerce* dispunha de um regime especial sobre a administração de bens, que se encontrava no art. 600º *Code de Commerce*.

Caso ocorresse a liquidação das dívidas, o falido poderia ser reabilitado, conforme dispunha o art. 604º do *Code de Commerce*.

O presente *Code de Commerce* visava essencialmente a liquidação dos bens e sobretudo a obtenção de *concordata* entre os credores do falido. Era considerado um código muito rígido, porquanto previa aplicação de sanções penais e exigia uma fiscalização muito intensa aos falidos.<sup>4</sup>

Este código teve grande influência na legislação de outros países europeus, nomeadamente no Código Comercial Português de 1833<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Direito da Insolvência*, 7ª edição, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro 2017, pg. 32-34.

<sup>5</sup> Denominado por Código de Ferreira Borges, foi o Primeiro Código Comercial Português e foi aprovado por Decreto em 18.09.1833. Em junho de 1888, foi amplamente revisto por uma equipa liderada por Veiga Beirão e aprovado por Carta de Lei em 28.06.1888, publicada no Diário do Governo nº 203, de 06.09.1888, o qual se encontra parcialmente em vigor.

Com as crises económicas de 1870, 1914 e 1929 surge a necessidade de separar as pessoas singulares das pessoas coletivas, porquanto o aumento das falências permitiu uma tolerância maior para com os falidos, mitigando a penosidade da falência.

Com a crise energética da década de 70, já no séc. XX, verificou-se novamente um crescente número de falências, com repercussões nos trabalhadores e empresas, tendo um forte impacto na economia. Os ordenamentos jurídicos sentiram a necessidade de adotar novas medidas legislativas, sobretudo quanto ao saneamento e recuperação de empresas, e que se veio a refletir-se na retoma económica nas décadas de 80 e 90 do séc. XX.

Com as reformas Francesas surgiram duas novas leis, a *primeira* em março de 1984, que, tendo como fim suprir as dificuldades económicas nas empresas estabeleceu um rigoroso controlo das contas e criou mecanismos de alerta perante os primeiros indícios de dificuldades económicas. Assim, e com a entrada em vigor desta lei, as empresas que detetassem de imediato indícios de crise económica tinham a faculdade de recorrer a um órgão do Estado e solicitar ajuda de forma amigável, ou, em alternativa, solicitavam através de um processo extrajudicial de conciliação com os credores, medidas ajustadas à viabilização da empresa, suspendendo as execuções sobre bens em curso.

A *segunda* lei surgiu em janeiro de 1985 através do instituto de “*redressement et liquidation judiciaire*” e consistia na liquidação controlada das empresas, evitando, por um lado a falência e, por outro, mantendo a atividade, o emprego e a recuperação do passivo. Este processo de liquidação era acompanhado por um administrador, sendo a empresa liquidada apenas no caso de não se verificar a menor probabilidade de recuperação, visto que era este o principal objetivo. Este processo também desonerava o devedor das suas obrigações e, consequentemente, vedava aos credores a possibilidade de recuperação do seu crédito, salvo em casos de fraude, motivo pelo qual, em junho de 1994, a lei foi reformulada por se considerar que a mesma era prejudicial aos interesses dos credores.

No Reino Unido, adotando o princípio de recuperação das empresas, em 1986 surgiu o *Insolvency Act*<sup>6</sup>, que tinha como principal objetivo a recuperação da empresa, uma vez que esta via se traduzia num processo mais vantajoso aos credores, ao invés da liquidação da mesma.

Diferente rumo foi seguido na Alemanha, que, em outubro de 1994, introduziu o seu processo de insolvência, *Insolvenzordnung*<sup>7</sup>. Este procedimento assentava, sobretudo, na defesa dos direitos e autonomia dos credores, estabelecendo igualdade entre estes, colmatando ou reduzindo os privilégios. Contudo, este processo não deixou de parte a possibilidade de recuperação da empresa.

Portanto, nas décadas de 80 e 90 do séc. XX verificou-se uma euforia económica, sem precedentes, que resultou na aceitação dos veredictos do mercado e do individualismo dos credores perante as insolvências.

Chegado ao séc. XXI, uma nova crise surgiu com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que veio agravar a instabilidade e insegurança. Consequentemente, verificou-se um aumento do número de declarações de insolvência de empresas (e de pessoas singulares, agora) com a possibilidade de serem recuperadas. Tronou-se, assim, necessário reformular a legislação falimentar dos ordenamentos jurídicos existentes até àquela data, nomeadamente em Portugal que ocorreu por via do D.L. 53/2004 de 18 de março.

Na sequência da nacionalização dos bancos<sup>8</sup>, levada a cabo por vários Estados, foram esses mesmos Estados expostos ao descrédito das suas dívidas soberanas.

---

<sup>6</sup> O *Insolvency Act* de 1986 foi aplicado em todo o Reino Unido com algumas adaptações específicas à Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte.

<sup>7</sup> Através desta expressão *Insolvenzordnung*, retira-se a palavra *insolvência* que engloba os conceitos de direito da falência (*konkursrecht*) e *direito da recuperação* (*Vergleichrecht*). Pelo que, não há dúvidas que a *Insolvenzordnung* alemã foi um marco histórico no Direito da Insolvência.

<sup>8</sup> Portugal não foi exceção, e em 12 de novembro de 2008, pela Lei nº 62-A/2008 de 11 de novembro, foram nacionalizadas todas as ações representativas do capital social do Banco Português de Negócios, S.A. por apropriação pública nos termos do art. 83º da CRP. Os pressupostos que conduziram à nacionalização do BPN basearam-se no volume de perdas acumuladas; ausência de liquidez adequada;

As maiores consequências do colapso do sistema financeiro centraram-se, essencialmente, no decréscimo dos PIB's, na quebra do investimento, na diminuição da procura interna e externa e no aumento do desemprego.

Todavia, em 2009, os Estados Unidos da América recuperaram, face aos investimentos realizados através de potências emergentes, como a China.

De igual modo, a partir do mesmo ano, a Alemanha, através de um aumento da procura interna - estando as exportações em franca expansão – conseguiu alcançar em 2010 uma retoma económica sem precedentes. Procurando, simplificar o processo de insolvência, por forma a torná-lo mais célere e eficaz, foi introduzida uma nova legislação, pela Lei de 13 de abril de 2007 e pela Lei de 21 de outubro de 2011 – a *Gesetz zur vereinfachung des Insolvenzverfahrens*.

Por sua vez, os países periféricos da União Europeia, mais concretamente os países do Sul da Europa, como Portugal<sup>9</sup>, viram-se obrigados a pedir ajuda externa a partir de 2008.

Feito o enquadramento histórico do regime da insolvência mundial, passarei a concretizar a evolução no caso de Portugal, que essencialmente se divide em quatro fases.

## **1.2) EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REGIME DA INSOLVÊNCIA EM PORTUGAL:**

Retomando às Ordenações Filipinas, encontramos aqui as primeiras regras da falência em Portugal, entre elas uma norma que dispunha que “os mercadores que

---

iminência de uma situação de rutura de pagamentos que ameaçaram o interesse dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

<sup>9</sup> A crise económica, social e financeira deflagrou-se a partir de 2008 em Portugal, ficando a escassos passos da bancarrota, cujo processo de recuperação impulsionou um pedido de assistência financeira e implicou a negociação e subscrição de um memorando de entendimento entre organizações externas (Troika – composto pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia) e o Governo. Assim, em 2011 deu-se início ao programa de assistência financeira internacional, que disponibilizou a Portugal 78 mil milhões de euros e delineava uma ação conjunta, com avaliações de cumprimento periódicas, que ditaram metas e objetivos a alcançar em diversas áreas, para que a dívida pública diminui-se e Portugal alcança-se a estabilidade e competitividade financeira.

*quebrem os seus tratos e levem bens (...) serão havidos por públicos ladrões, roubadores e castigados com as mesmas penas que por nossas Ordenações e Direito Civil, os ladrões públicos, se castigão, e percam a nobreza, e liberdades que tiverem para não haverem pena vil.”<sup>10</sup>*

Contudo, já se admitia a falência não fraudulenta *“e os que caírem em pobreza sem culpa sua, por receberem grandes perdas no mar, ou na terra em seus tratos, e comércios lícitos, não constando de algum dolo, ou malícia, não incorrerão em pena algum crime”*.<sup>11</sup>

Com o surgimento do *Code de Commerce de 1807*, forte influente no nosso Código Comercial de 1833, o denominado Código de Ferreira Borges, inicia-se em Portugal a regulamentação autónoma do direito falimentar. Assim, no capítulo *“Das quebras, reabilitação do falido e moratórias”*, vem identificado o insolvente no art. 1121º, que dispõe o seguinte: *“Diz-se negociante quebrado aquelle, que por vício da fortuna ou seu, ou parte da fortuna ou parte seu, se ache inhabil para satisfazer os seus pagamentos, e abandona o commercio.”*

Com a entrada em vigor do Código Comercial de 1833, inicia-se a *primeira* fase da evolução histórica em Portugal, que visava primordialmente a satisfação dos interesses dos credores, concedendo-lhes amplos poderes e permitindo ao instituto adquirir uma feição mais privatista, a par da punição dos devedores.<sup>12</sup>

Com a reforma de 1888, o denominado Código de Veiga Beirão vem retomar a disciplina do direito falimentar, no livro IV com a epígrafe *“Das fallencias”* dos arts. 692º a 749º, que englobava tanto as questões substantivas como processuais.

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES – *Perspetivas Evolutivas do Direito da Insolvência*, Coimbra, Edições Almedina, 2013, pg. 26 e ss., referindo-se às Ordenações Filipinas, Livro V, título LXVI – “Dos mercadores que quebram. E os que se levantam com fazenda alheia”, proémio. Edições Gulbenkian, IV-V, 1214/I e 1215/II.

<sup>11</sup> Cfr. ob. Cit. pg.26 e ss.

<sup>12</sup> Contrariamente à tendência seguida em Espanha, onde o processo de insolvência é marcado pela redução de poderes aos credores e amplos poderes à autoridade pública, o que se considera uma influência do Autor espanhol Francisco Salgado de Somoza.



Por Decreto de 26 de julho de 1899, foi publicado o Código de Falência que entrou em vigor em 1 de outubro de 1899 e revogou o livro IV do Código anterior, passando a existir no ordenamento jurídico Português um Código único de falências, automatizando a disciplina de direito falimentar.

Por Decreto de 14 de dezembro de 1905 foi aprovado o novo Código de Processo Comercial, que englobava dois diplomas, em consequência do art. 3º do Decreto de 26 de julho de 1899 que aprovou o Código das Falências desse ano, e autorizava o Governo a publicar novamente o Código do Processo Comercial de 1895, por forma a incluir neste o Código de Falências então aprovado.

O Decreto-Lei 21758, de 22 de outubro de 1932<sup>13</sup> veio introduzir uma inovação, que se traduziu no instituto da insolvência destinada aos devedores não comerciantes, ampliando o instituto às sociedades civis de forma comercial ou simplesmente civis. Este Diploma criou, ainda, um processo de liquidação coletiva em benefício dos credores em relação aos não-comerciantes, já que, até então só os comerciantes estavam sujeitos à falência e os não-comerciantes estavam sujeitos a *“liberdade de execuções individuais”*.

Em 26 de outubro de 1935 é publicado um novo Código das Falências<sup>14</sup>, autonomizado do Código de Processo Comercial, retomando a autonomia do direito falimentar. Esta autonomização surge perante a necessidade de modificar o existente regime das falências, face às reclamações reportadas ao Governo pelos comerciantes e associações comerciais, que não concordavam com a inclusão do Código das Falência no Código de Processo Comercial, *“muitos são os defeitos que nas reclamações se atribuem à organização actual e graves os danos que dela resultem para a economia privada e pública”* acrescentando, o preâmbulo *“depois muita coisa mudou (...) Passaram-se então*

---

<sup>13</sup> D.L.21758, de 22 de outubro de 1932, publicado em Diário do Governo I série nº 248, em que no preâmbulo dizia: *“Daqui resultou que na França, Itália, Bélgica, Roménia e Portugal as legislações regulavam de um modo especial a situação do comerciante insolvente, criando o instituto das falências; mas esqueceram a situação do insolvente não-comerciante, que ficou sujeito ao regime das ações e execuções individuais, verdadeiramente prejudicial, não só para os credores, como também para o próprio devedor”*.

<sup>14</sup> D.L. nº 25981, de 26 de outubro de 1935, publicado em Diário do Governo, I Série nº 248.

*a fazer negócios inteiramente à margem de todas as regras, sem se ter em conta o tempo da liquidação, a proporção entre o seu volume e a capacidade financeira do comerciante, fechados os olhos propositadamente a todos os riscos e contratempos. Durante alguns anos tudo pareceu correr bem, mas à primeira crise este edifício logo foi abalado sobre todo o corpo comercial, sobre toda a economia pública.”* E justificou-se ainda, que outros ordenamentos jurídicos tinham modificado as suas legislações sobre falências pelos mesmos motivos, exemplificando a Inglaterra e a Alemanha em 1925, a Áustria em 1914, a Suécia em 1921, o Brasil e a Jugoslávia em 1929, a Roménia, a Noruega e a Itália em 1930 e a Checoslováquia em 1932.

Este Código das Falências contemplou a criação, no seu art. 53º, da figura de um *Sindico* que era “(...) escolhido de entre os magistrados judiciais ou do Ministério Público, e terá um secretário e um servente, todos nomeados pelo Ministério da Justiça.” De igual modo, surge o *acordo de credores* (art. 1286º e ss.) e a *moratória* (art.1297º e ss.), com a finalidade de procurar uma resposta mais célere para o credor e ampla na satisfação dos seus créditos, e permitindo ao devedor deferir o pagamento aos credores por um determinado prazo convencionado com estes últimos.

Esta autonomia do Código das Falências não durou muito tempo, uma vez que voltou em 1939 a ser integrado outro diploma, desta feita, no Código de Processo Civil<sup>15</sup>, passando assim toda a matéria de direito das falências a constar sistematicamente no livro III – *Do processo*, título IV – *Dos processos especiais*, capítulo XVI – *Liquidação de Patrimónios*, Secção I – *Liquidação em benefício dos sócios*; Secção II – *Liquidação e benefício do Estado*; Secção III – *Liquidação em benefício dos credores*. Passou, assim, o direito falimentar de integrar o Código Comercial para integrar o Código do Processo Civil, onde se manteve nas reformas subsequentes – D.L. nº 44129, de 28 de dezembro de 1961; D.L. nº 47690, de 11 de março de 1967 e D.L. nº 242/85, de 09 de julho.

As constantes alterações ao longo dos anos, mais concretamente durante cento e vinte e oito anos, não constituíram, nesta *primeira fase*, meios de prevenção das

---

<sup>15</sup> D.L. nº 29637, de 28 de maio de 1939, publicado em Diário do Governo, I Série nº 123.

falências relevantes, logo não foram contempladas até à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1961.

A partir da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1961, em 24 de abril de 1962, começa a denominada *segunda* fase que, durou cerca de trinta anos, até à entrada em vigor do CPEREF em 21 de julho de 1993<sup>16</sup>.

O Código de Processo Civil de 1961 veio dar primazia aos meios preventivos do processo de falência, dando prevalência à *concordata* ou *acordo de credores*, em lugar da liquidação judicial.<sup>17</sup> Este Código foi alvo de sucessivas reformas em matéria de direito falimentar e estabeleceu medidas de saneamento financeiro para as empresas em situação económica difícil.

Com a entrada em vigor do CPEREF, o direito falimentar ganha novamente a sua autonomia e inicia-se a *terceira* fase, que se estende até à entrada em vigor do CIRE. Esta terceira fase, trouxe como principal inovação a abolição da distinção entre falência e insolvência e a respetiva aplicação a todas as empresas, sejam ou não comerciais. De igual modo, ficou marcada pelo retorno ao sistema de falência-liquidação que havia vigorado no período entre o Código Comercial de 1833 e o Código de Processo Civil de 1961, em que a primazia era a satisfação dos credores à custa da liquidação do património dos devedores, eliminando-se a possibilidade de recuperação e manutenção da empresa.

Na verdade, existia a possibilidade de um plano de insolvência, sucede que o seu regime era tão frágil que o incumprimento do plano por parte do devedor conduziria à liquidação imediata do seu património.

Assim, “*sendo a garantia comum dos créditos o património do devedor*”, entendia-se que “*é aos credores que cumpre decidir quanto à melhor efetivação dessa*

---

<sup>16</sup> O CPEREF foi aprovado pelo D.L. nº 132/96, de 23 de abril, e entrou em vigor em 31 de julho de 1993.

<sup>17</sup> Neste sentido, LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Direito da Insolvência*, 7ª edição, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro 2017, pg. 66.

*garantia*”<sup>18</sup>, pois só deste modo se podia alcançar a satisfação do interesse público e do bom funcionamento do mercado. Atribuía-se, assim, ao direito da insolvência a competência de eliminar ou regular financeiramente uma empresa segundo a lógica do mercado, considerando-se ser esta “(...) *sempre a melhor forma de realização do interesse público de regulação do mercado, mantendo em funcionamento as empresas viáveis e expurgando dele as que não o sejam.*”<sup>19</sup>

Portanto, era devolvido aos credores o poder de decisão de continuidade ou não dessa empresa, que se convertiam, por força do processo de insolvência em proprietários económicos da empresa devedora.

No período em que vigorou o CPEREF, quer a doutrina, quer a jurisprudência, levaram a cabo um esforço, no sentido de proceder à uniformização de decisões e solidificação de conceitos, que, com êxito se verificou na prática forense, beneficiando todos os operadores judiciais com um pensamento jurídico uniforme.

A *quarta* fase, a atual fase da insolvência, tem como fim a revitalização da empresa com o intuito de manter o maior número de agentes económicos no giro comercial, dando-se assim por concluído o império do CPEREF que vigorou durante onze anos. Esta nova fase começa com a entrada em vigor do CIRE<sup>20</sup>.

O sistema inicialmente seguido pelo CIRE pautava-se pela clara a ideia de retorno da falência-liquidação, veja-se, nesse sentido, o disposto no art. 1º, que estabelecia, como finalidade do processo de insolvência, “*a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num plano de insolvência, que nomeadamente se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente*”. Atualmente não vigora este

---

<sup>18</sup> Nota 3 do preâmbulo do D.L. nº 53/2004, de 18 de maio de 2004, publicado em Diário da República, I Série - A nº 66.

<sup>19</sup> Nota 3 *in fine* do decreto preambular do CIRE, que a este propósito acrescenta que a determinação de empresa viável ou empresa inviável possa regular apenas o facto de os credores não verem interesse na continuação.

<sup>20</sup> O CIRE entrou em vigor em 14 de setembro de 2004, aprovado pelo D.L. 53/2004, de 18 de março, mas republicado antes da entrada em vigor, pelo D.L. 200/2004, de 18 de agosto.

entendimento, passando a nova redação do art. 1º a consagrar o seguinte: *“O processo de insolvência é um processo de execução universal que tem como finalidade a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num plano de insolvência, que nomeadamente se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente.”*

Conforme afirma o Autor Menezes Cordeiro *“A história da insolvência mantém-se, pois, num eterno oscilar entre a liquidação e a recuperação sendo que esta em pouco ultrapassa os níveis vocabulares”*<sup>21</sup>.

Por ter introduzido várias inovações no direito falimentar, o novo Código tem sido alvo de diversas reformas tendo em vista o seu aperfeiçoamento, salientando-se a finalidade de não só a satisfazer os credores e ampliar a autonomia privada destes, mas também de recuperar a empresa, existindo cada vez mais uma simplificação do processo de insolvência.

Analisando a última alteração legislativa, introduzida pelo D.L. nº 79/2017, de 30 de junho, que teve origem no *“Programa Capitalizar”*, verifica-se que o fim pretendido passa pela retoma do investimento e o relançamento da economia, com o objetivo de promover estruturas financeiras mais equilibradas, reduzindo os passivos das empresas

---

<sup>21</sup> Nesse sentido, CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES – *Perspetivas Evolutivas do Direito da Insolvência*, Coimbra, Edições Almedina, 2013, pg. 20, concluindo sobre as perspetivas evolutivas do direito da insolvência, diz: *“A experiência de recuperação de empresas de 1993 não foi conseguida. Apesar dos progressos alcançados em 2004, a insolvência mantém-se como um cemitério de empresas e de riqueza (...) A revitalização criada, como processo especial, 2012, só funciona se houver dinheiro para injetar nas empresas em dificuldades. Não há, E o que houvesse, não está disponível para tal efeito. A história da insolvência mantém-se, pois, num eterno oscilar entre a liquidação e a recuperação sendo que esta em pouco ultrapassa os níveis vocabulares. Tudo perdido? Fica um ponto interessante positivo: o da efetiva melhoria progressiva dos processos judiciais, graças, designadamente às novas tecnologias. Esta via, embora não sendo milagrosa, é interessante, porquanto, reduz os custos de transação. Cabe aos credores, donos efetivos do património em dificuldade, gerir, com eficácia, os valores inerentes, de modo a minimizar os danos. Partindo de um patamar atual de 95% de créditos perdidos, há uma longa margem futura para aperfeiçoar o direito da insolvência. Um segundo aspeto positivo prende-se com a insolvência das pessoas singulares: dos seres humanos. Um processo expedito permitirá encerrar uma fase menos favorável da vida patrimonial dos devedores singulares infelizes. A sua reabilitação, em prazos curtos, permitirá novos reinícios de vida. Também o direito da insolvência lida com pessoas.”*

economicamente viáveis, ainda com níveis excessivos de endividamento, bem como melhorar as condições de acesso ao financiamento por parte das micro, pequenas e médias empresas. Ou seja, torna-se claro que o objetivo pretendido passa pela recuperação das empresas, motivo pelo qual a matéria relativa ao processo especial de revitalização (PER) sofreu rigorosas alterações, desde logo, pela exigência que resulta da necessidade da apresentação da declaração subscrita por contabilista certificado ou ROC, consoante os casos, para demonstrar que a empresa não se encontra em situação de insolvência atual (art. 17º-A nº 2 do CIRE), reforçando assim a transparência e a credibilização do regime.

De realçar que o âmbito do PER, passou a incidir apenas sobre empresas e pessoa singular passa a ser regulado através de um novo procedimento, o processo especial para acordo de pagamentos (PEPAP), que surge com o intuito de superar as divergências doutrinárias e jurisprudenciais que se faziam sentir. Aliás, os arts. 1º e 17º-A do CIRE foram alterados de forma a tornar-se clara a ideia de restrição expressa da aplicação do PER e do PEPAP.

Acresce que, no âmbito deste diploma, o legislador procedeu também à introdução de alterações que visam adaptar o CIRE à legislação da União Europeia em vigor.

Realizada a análise da evolução histórica do regime da insolvência passamos ao enquadramento do regime atualmente em vigor.

## 2) ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO:

Antes de iniciar o presente estudo, pretendo esclarecer que a minha exposição apenas irá incidir sobre os efeitos da declaração de insolvência nas ações judiciais (declarativas e executivas) para cobrança da dívida, não abordando a discussão doutrinária e jurisprudencial dos efeitos do processo de insolvência no que diz respeito ao devedor e outras pessoas, sobre os créditos e sobre os negócios que se encontram em curso, ou seja, aqueles que o devedor celebrou antes da declaração de insolvência e que ainda não se encontravam integralmente cumpridos.

O que proponho analisar, na presente tese, é de que forma o processo de insolvência interfere no desenvolvimento de ações judiciais, em que o devedor é parte e que já se verifica um incumprimento por parte deste.

Pretendo, assim, abordar os efeitos processuais da declaração da insolvência sobre as ações judiciais em curso (declarativas e executivas) para cobrança da dívida regulado nos arts. 85º, 86º e 88º que constituem o capítulo II do Título IV do CIRE, e no art. 793º do CPC.

Abster-me-ei de fazer referência aos arts. 87º e 89º do CIRE, apesar de os mesmos fazerem parte integrante deste capítulo II do Título IV do CIRE, por não dizerem respeito ao tema que me proponho expor na presente tese, apesar de regularem ações exteriores ao processo de insolvência (ações relativas a convenções arbitrais e ações relativas a dívidas da massa insolvente).

Assim, conforme faz referência a Autora Catarina Serra<sup>22</sup>, os efeitos processuais da declaração de insolvência relativo às ações judiciais (declarativas e executivas) para cobrança da dívida caracterizam-se em quatro providências, a saber: a *apreensão* de certos elementos e dos bens do devedor (cfr. arts. 36º g) e 150º ambos do CIRE), a *apensação* (cfr. art. 85º nº 1, art. 86º nº 1 e 2 e art. 89º nº 2), a *suspensão* (cfr. art. 87º

---

<sup>22</sup> Veja-se SERRA, CATARINA - *O Regime Português da Insolvência*, 5ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2012, pg. 86.

nº 1 e art. 88 nº 1) e a *impossibilidade de instauração* de certas ações (cfr. art. 88º nº 1 e art. 89 nº 1).

Quanto à *apreensão* de certos elementos e dos bens do devedor, dispõem os arts. 36º g) e 150º ambos do CIRE, que decretada a insolvência é ordenado ao devedor a entrega imediata dos elementos da sua contabilidade e a apreensão de todos os seus bens, ainda que arrestados, penhorados ou por qualquer outra forma de apreensão ou detenção.

Decorrendo ainda do art. 150º nº 1 do CIRE, que é o próprio Administrador da Insolvência quem deve diligenciar *“no sentido de os bens lhe serem imediatamente entregues, para que deles fique depositado”*, mas sem prejuízo do disposto no art. 765º nº 1 e 2 do CPC.<sup>23</sup>

Se, ocorrer a apreensão de bens sobre os quais o insolvente é (i) mero possuidor em nome alheio, de (ii) bens próprios do cônjuge do devedor ou da sua meação nos bens comuns, de (iii) bens de terceiro, de (iv) bens em que o insolvente não tem a sua plena e exclusiva propriedade, de (v) bens estranhos à insolvência e ainda de (vi) bens insuscetíveis de serem apreendidos para a massa, dispõe o art. 141º nº 1 do CIRE que

---

<sup>23</sup> Breve nota efetuada por MARTINS, ALEXANDRE DE SOVERAL – *Um Curso de Direito da Insolvência*, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro 2015, pg. 114 a 115 relativa *“a apreensão de bens de que o Insolvente fosse mero possuidor em nome alheio, de bens próprios do cônjuge do devedor ou da sua meação nos bens comuns, de bens de terceiro que não o deviam ter sido, de bens de que o insolvente não tenha a plena e exclusiva propriedade, de bens estranhos à insolvência ou de bens insuscetíveis de apreensão para a massa, o art. 141º nº 1, manda aplicar as disposições relativas à reclamação e verificação de créditos quanto às reclamações e verificações nele previstas, com as adaptações exigidas. Não sendo apresentadas as reclamações de restituição e separação de bens em causa, o administrador da insolvência pode requerer ao juiz que este ordene as separações mencionadas no art. 141º nº 1, instruindo o requerimento com parecer favorável da comissão de credores se esta existir. O juiz decidirá sobre o requerido, nos termos do art. 141º nº 3. Pode, porém, suceder que as apreensões de bens para a massa só tenham ocorrido depois de terminado o prazo das reclamações de créditos. Nesse caso, o direito de restituição ou separação de bens pode ser exercido no prazo de cinco dias após a apreensão, por requerimento que é apensado ao processo principal (art. 144º nº 1; sobre os termos ulteriores, cfr. O art. 144º nº 2). Além disso, depois de decorrido o prazo da reclamação de créditos o direito à separação ou restituição de bens apreendidos para a massa insolvente pode ainda ser reconhecido através de ação intentada contra a massa insolvente, os credores e o devedor (art. 146º nº 1), podendo aquele direito ser exercido a todo tempo (art. 146º nº 6).”*



devem ser aplicadas as disposições relativas à reclamação e verificação de créditos quanto às reclamações e verificações nele previstas.

Nos casos em que não são apresentadas as referidas reclamações de restituição e separação de bens em causa, pode o Administrador de Insolvência requerer ao juiz que este ordene a separação, e este decidirá sobre o requerido nos termos do art. 141º nº 3 do CIRE.

Contudo, se ocorrer alguma apreensão dos referidos bens para a massa após decorrido o prazo para apresentar as reclamações de créditos, deve-se nestes casos proceder-se em conformidade com o art. 144º nº 1 do CIRE, bem como existe ainda a possibilidade de reconhecimento do direito à restituição ou separação de bens através de ação intentada contra a massa insolvente, credores e devedor, nos termos do art. 146º nº 1 e 2 do CIRE.

A *apensação* encontra-se regulada no art. 85º nº 1 do CIRE, que dispõe o seguinte: *“Declarada a insolvência, todas as acções em que se apreciem questões relativas a bens compreendidos na massa insolvente, intentadas contra o devedor, ou mesmo contra terceiros<sup>24</sup>, mas cujo resultado possa influenciar o valor da massa, e todas as acções de natureza exclusivamente patrimonial intentadas pelo devedor são apensadas ao processo de insolvência, desde que a apensação seja requerida pelo*

---

<sup>24</sup> Veja-se MACEDO, PEDRO DE SOUSA, *Manual de Direito das Falências*, Vol. II, Coimbra, Edições Almedina, 1968, pg. 112. Segundo o art. 1198º nº 2 do CPC de 1961, as ações intentadas contra o insolvente e contra terceiro não eram apensadas ao processo de falência, pois o processo de falência estava limitado subjetivamente ao falido. Por isso, as ações prosseguiam contra terceiros apenas e o falido era absolvido da instância nesse processo, pois não se podia *“conhecer da responsabilidade do falido fora do processo de falência”*, restando ao Credor reclamar o seu crédito no processo de falência.

*administrador da insolvência, com fundamento na conveniência para os fins do processo.” (sublinhado meu)*<sup>25 26</sup>

Resulta, pois, que esta apensação depende sempre de requerimento do Administrador de Insolvência nesse sentido<sup>27</sup> e, ainda, de requisição do juiz ao Tribunal, ou entidade competente, da remessa de todos os processos nos quais se tenha afetado qualquer ato de apreensão ou detenção de bens compreendidos na massa insolvente (cfr. art. 85º nº 2 do CIRE). Ou seja, em última instância cabe ao juiz decidir a apensação do processo, sem que tal decisão dependa de qualquer requisito a apensação. Considera a Autora Maria do Rosário Epifânio que o nº 2 deste normativo concede, de igual modo, ao juiz um poder de oficiosamente promover a apensação, sem que tenha sido requerida a apensação pelo Administrador de Insolvência.<sup>28</sup> Secundamos este entendimento, porquanto o fim que se pretende alcançar é o mesmo.

A apensação afeta todos os tipos de ações (declarativas, constitutivas, executivas), ainda que não tenham caráter exclusivamente patrimonial, desde que nelas se apreciem questões relativas a bens compreendidos na massa insolvente ou cujo

---

<sup>25</sup> Neste sentido, Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, no âmbito do Processo nº 713/12.4TTMTS.P1, de 03.02.2014, relatado por Eduardo Petersen Silva – *“A competência material para o conhecimento de uma ação relativa a créditos emergentes da cessação do contrato de trabalho, posterior à declaração de insolvência do empregador e promovida pelo respetivo administrador de insolvência [art. 347º, nº 2, do CT], é retirada ao tribunal do trabalho por força da apensação da ação ao processo de insolvência [art.89º nº 2, do CIRE], originando, assim, a extensão da competência material do tribunal de comercio”* - disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>26</sup> Veja-se PRATA, ANA; CARVALHO, JORGE MORAIS; SIMÕES, RUI, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2013, pg. 256 e 257, nota 2 *“a ratio desta norma – como alias, as dos artigos 86º a 89º, 97º, 99º ou 127º - está no princípio da par conditio, pois se visa concentrar num único processo todas as questões judiciais que, podendo ser relevantes para o património de satisfação dos credores – a massa insolvente -, para serem apreciadas e decididas em paridade de condições para todos os titulares de créditos; isto é, evitar que um credor possa, por meio de processo diverso do e insolvência, obter a satisfação dos seus créditos de forma mais expedita ou completa do que os restantes credores.”*

<sup>27</sup> Exceto em relação às ações de impugnação pauliana, nos termos do art. 127º nº 2 do CIRE.

<sup>28</sup> Veja-se, EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, *Manual de Direito da Insolvência*, 4ª edição, Coimbra, Edições Almedina, outubro de 2014, pg. 157 e 158; PRATA, ANA; CARVALHO, JORGE MORAIS; SIMÕES, RUI, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2013, pg. 257, nota 4.

resultado possa ter reflexos nesta, intentadas contra o devedor ou mesmo contra terceiros.

Acresce que, nos termos do art. 85º nº 3 do CIRE, o Administrador de Insolvência substitui processualmente o insolvente, independentemente da apensação ou não do processo e do acordo da parte contrária – esta substituição é automática sem necessidade de qualquer habilitação.<sup>29 30</sup>Excluisse assim, a intervenção do devedor no próprio processo de insolvência, apensos ou incidentes, salvo disposição em contrário (cfr. art. 81º nº 5 do CIRE).

O art. 86º do CIRE regula a apensação dos processos de insolvência quando haja sido declarada a insolvência de pessoas que legalmente respondam pelas dívidas do insolvente, ou seja, permite que, mediante requerimento do Administrador de Insolvência, dos devedores insolventes, ou oficiosamente pelo juiz, sejam apensados ao processo de insolvência de um devedor (pessoa singular ou coletiva) os processos em que tenha sido declarada a insolvência de pessoas (também estas singulares ou coletivas) que, *“respondam pelas dívidas do insolvente”* ou de *“sociedades que, nos termos do CSC [nomeadamente arts. 488º e ss. CSC], ela domine ou com ela se encontrem em relação de grupo”*.

No primeiro caso de apensação do processo de insolvência de pessoas singulares que *“respondam pelas dívidas do insolvente”*<sup>31</sup> temos o exemplo do cônjuge do

---

<sup>29</sup> MACEDO, PEDRO DE SOUSA, faz referência aqui a uma “Habilitação Universal”, por mero efeito da declaração de insolvência, ou seja, *“uma vez decretada, em todo e qualquer negócio, em toda e qualquer ação, «ipso facto» deixa o falido de ter legitimidade para esta caber ao administrador”* - *Manual de Direito das Falências*, Vol. II, Coimbra, Edições Almedina, 1968, pg. 117. Também o art. 234 nº 4 do CIRE, confirma esta desnecessidade de habilitação, uma vez que após o encerramento do processo o devedor passa a ter legitimidade exclusiva para a causa, independentemente de habilitação para esse efeito.

<sup>30</sup> Na mesma orientação EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, *Manual de Direito da Insolvência*, 4ª edição, Coimbra, Edições Almedina, outubro de 2014, pg. 156 incorpora aqui outra característica que é o processo de insolvência ser um “Processo Concursal”, pois todos os credores são chamados a reclamar créditos no processo, ficando vedada a estes a possibilidade de obterem o pagamento dos respetivos créditos por qualquer outra via que não a via do processo de insolvência – nesta matéria vigora o princípio da exclusividade da instância insolvencial.

<sup>31</sup> Veja-se o art. 6º nº 2 do CIRE que estabelece *“para os efeitos deste Código, são considerados responsáveis legais as pessoas que, nos termos da lei, respondam pessoal e ilimitadamente pela generalidade das dívidas do insolvente, ainda que a título subsidiário”*.

insolvente em que, salvo no regime de separação de bens, o pedido de apensação pertence em exclusivo ao Administrador de Insolvência do processo ao qual os demais devem ser apensados. Em certos casos, é possível a coligação ativa e passiva de ambos os cônjuges (cfr. arts. 264º e ss. do CIRE).

Outro caso é o da sociedade comercial que, se encontra, nos termos do art. 486º do CSC, dominada por uma sociedade comercial devedora/insolvente ou, nos termos do art. 488º nº 1 e nº 3 do CSC, o caso das sociedades em relação de grupo<sup>32</sup>, em que deve o processo de insolvência mais recente ser apensado ao mais antigo.

Finalmente, temos o exemplo dos sócios de sociedades em nome coletivo ou de sócios comanditados de sociedades em comandita, que numa situação análoga à das empresas em grupo, vêm os seus processos apensados ao processo de insolvência mais antigo.

Nos casos em que os processos correm os termos em Tribunais com diferente competência em razão da matéria a apensação só é admitida se for requerida pelo Administrador de Insolvência do processo que corra termos no Tribunal de competência especializada ou se for decidida pelo juiz do mesmo processo (cfr. art 86º nº 4 do CIRE).

O principal objetivo do legislador ao permitir a apensação de processos ao processo principal de insolvência é obter uma apreciação conjunta das diversas situações em curso, bem como, conforme se analisará mais à frente, permitir um melhor controlo dos bens a ser apreendidos para a massa insolvente.

Permite-se, assim, a liquidação, num só processo de insolvência, de diversos patrimónios que podem responder, direta ou indiretamente, pelas dívidas da massa e do insolvente, designadamente quando se encontrem em curso processos de

---

<sup>32</sup> O art. 1º nº 3 do CPEREF, na redação que foi dada pelo D.L. 315/98, de 2010, admitia a coligação ativa ou passiva de sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que tivessem os balanços e contas aprovados de forma consolidada.

insolvência de terceiros (caso do cônjuge do insolvente ou das sociedades que com ele tenham relação de domínio ou grupo).

Os temas da *suspensão* e a *impossibilidade de instauração* de determinado tipo de ações serão objeto de análise na presente tese, numa primeira parte, no âmbito da análise dos efeitos processuais da insolvência nas ações declarativas; sendo, numa segunda parte, analisadas as implicações processuais da insolvência, no âmbito das ações executivas.

Por considerarmos ser relevante para a presente dissertação, abordaremos, também, os efeitos dos regimes PER e PEPAP nas ações (declarativas e executivas) para cobrança da dívida.

Não obstante o leque de sujeitos passíveis da declaração de insolvência, consagrado no art. 2º do CIRE ser mais abrangente, o objeto da análise da presente tese centrar-se-á no caso de insolvência das sociedades comerciais e de pessoas singulares, por constituírem os exemplos mais significativos da jurisprudência portuguesa, bem como os casos relativamente aos quais dispomos experiência prática de advocacia.

### 3) EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA EM AÇÕES DECLARATIVAS:

Ao contrário do que sucede com as ações executivas, o CIRE não regula de forma expressa e sistemática os efeitos da declaração de insolvência sobre as ações declarativas em que o insolvente seja parte, uma vez que este tipo de ações não coloca em crise, ou pelo menos de forma imediata, a igualdade entre credores para obtenção e satisfação dos seus créditos<sup>33</sup>. Por este motivo, a solução legal resulta da conjugação daqueles preceitos com as normas processuais gerais que disciplinam as ações declarativas de condenação. Sucede que, a aplicabilidade dos preceitos normativos não tem sido pacífica na nossa doutrina e jurisprudência, como vamos analisar mais a frente.

Não obstante, tal não significa que estas ações não sejam afetadas pela declaração de insolvência.

Nos termos do art. 128º nº 1 do CIRE, *“Dentro do prazo fixado para o efeito na sentença declaratória da insolvência, devem os credores da insolvência, incluindo o Ministério Público na defesa dos interesses das entidades que represente, reclamar a verificação dos seus créditos por meio de requerimento, acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham, no qual indiquem:*

- a) A sua proveniência, data de vencimento, montante de capital e de juros;*
- b) As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;*
- c) A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;*
- d) A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;*
- e) A taxa de juros moratórios aplicável.”* (sublinhado meu), ou seja, a todos os credores é legítimo reclamar os seus créditos, desde que cumpram os requisitos legais.

---

<sup>33</sup> Porém, e no que respeita as ações declarativas, o art. 85º do CIRE consagra uma solução identica à do pretérito art. 154º nº 1 do CPREF, em que a apensação não é automática, mas uma consequência de carácter universal e concursal do processo de insolvência, cfr. orientação da Autora **MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO**, mencionada em nota de rodapé 29.

Acresce o nº 5 do citado artigo que *“A verificação tem por objecto todos os créditos sobre a insolvência, qualquer que seja a sua natureza e fundamento, e mesmo o credor que tenha o seu crédito reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência, se nele quiser obter pagamento”* (sublinhado meu).

Resultando, assim, que o reconhecimento judicial do crédito no âmbito da ação intentada pelo credor contra o devedor, ora insolvente, não tem força executiva no processo de insolvência, sendo apenas a sentença proferida nesse processo de insolvência suscetível de julgar verificado tal crédito.

Contudo, isso não implica que todos os credores que queiram reclamar o seu crédito no âmbito do processo de insolvência não o façam, mesmo não tendo uma sentença condenatória a seu favor contra o devedor. Entendemos que o legislador, ao conferir a possibilidade de discutir o passivo do insolvente (na medida em que este interfere com o grau de satisfação de cada um dos créditos reclamados pelos credores no âmbito do processo de insolvência) concedendo legitimidade, a todos os interessados, para impugnar os créditos reclamados, conforme dispõem os arts. 130º, 136º nº 2 e 146º todos do CIRE,<sup>34</sup> e, desta forma, concede a todos os credores legitimidade para reclamar os seus créditos, podendo, ainda, o insolvente ou credor impugnar esse crédito, caso pretendam.

Mais, aos credores é também permitido participar no apuramento do ativo da massa insolvente, uma vez que proferida a sentença a declarar a insolvência do devedor, nos termos do art. 149º e ss. do CIRE, incumbe ao Administrador de Insolvência proceder à apreensão de todos os bens que integram a massa insolvente, e caso seja requerida a

---

<sup>34</sup> Em contrapartida, as decisões proferidas no âmbito da insolvência conferem força executória, cfr. art. 233º nº 1 alínea c) do CIRE, que dispõe o seguinte *“Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em ação de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência”*.

restituição ou separação dos bens apreendidos, os credores podem apresentar oposição, conforme determinam os artigos 130º, 136º, 141º, 144º e 146º todos do CIRE.

O mesmo se verifica com a fase de liquidação, em harmonia com o previsto nos arts. 156º e ss. do CIRE.

Posto isto, coloca-se a questão de saber em que medida a declaração de insolvência influencia as ações declarativas em curso para cobrança da dívida, ou seja, nas ações em que não é discutida qualquer questão relativa a bens integrados na massa, e que, por isso, não estão em condições de ser apensadas.

As ações declarativas pendentes à data da declaração de insolvência, poderão seguir um de dois destinos, ou serão *suspensas e apensadas ao processo de insolvência ou extinguem-se*.<sup>35</sup>

O caso da *suspensão e apensação ao processo de insolvência* apenas se verifica quando o juiz entenda que as ações apensadas são pertinentes para os fins do processo.<sup>36</sup> Não só este mecanismo legal permite o aproveitamento da atividade realizada até àquela data no processo, como permite o reconhecimento do crédito, no âmbito do processo de insolvência, na fase de verificação do passivo.

Se a apensação for solicitada depois de decorrido o prazo para reclamar o seu crédito, resta ao credor recorrer à ação de verificação ulterior de créditos, cfr. art. 146º do CIRE, por forma a ver reconhecido o seu crédito no âmbito do processo de insolvência.

---

<sup>35</sup> Opinião contrária a seguida pelo ALMEIDA, ANTÓNIO PEREIRA DE, *Efeitos do processo de insolvência nas ações declarativas*, disponível em [www.revistadereitocomercial.com](http://www.revistadereitocomercial.com), 2017, pg. 153-154 “(...) se o credor reclamar o seu crédito no processo de insolvência, não há lugar a qualquer apensação, suspensão ou extinção da instância das ações declarativas de condenação a correr contra o devedor. Devendo neste caso, o seu crédito ser contemplado e devidamente graduado e acautelado no processo de insolvência, nomeadamente como crédito sujeito a condição suspensiva. Nesta conformidade, o art. 181º nº 1 do CIRE (...)”.

<sup>36</sup> A apensação vigora apenas na pendência do processo de insolvência, encerrado o mesmo a ação é desapensada do processo e é remetida para tribunal competente, cfr. art. 233º nº 4 do CIRE.



Ora, conforme determina o art. 272º nº 1 do CPC “*O Tribunal pode ordenar a suspensão quando a decisão da causa estiver dependente do julgamento de outra já proposta ou quando ocorrer outro motivo justificativo*” (sublinhado meu), e tal como afirma o Autor Alberto dos Reis “*o nexo de prejudicialidade ou de dependência define-se assim: estão pendentes duas ações e dá-se o caso de a decisão de uma poder afetar o julgamento a proferir na outra. Aquela ação terá o carácter e prejudicial em relação a esta*”<sup>37</sup>. Ou seja, em determinadas situações o prosseguimento das ações intentadas contra o insolvente, pedindo o cumprimento de obrigações pecuniárias, pode revelar-se *inútil ou impossível* como não, consoante o caso em concreto sob análise.

Em regra, os casos de *inutilidade ou impossibilidade superveniente da lide*<sup>38</sup> verificam-se quando, no âmbito do processo de insolvência, se procede ao pagamento dos créditos verificados e não impugnados.

Entendemos que, nestes casos, em nada servirá o prosseguimento das ações em curso para pagamento do crédito, mesmo que não reclamado no processo de insolvência, visto que o crédito já foi pago no âmbito desse processo de insolvência.

Outra situação é o das sociedades comerciais extintas com a liquidação do ativo. Também neste caso de nada servirá uma sentença que reconheça um crédito, pois tal decisão não pode ser utilizada para futura cobrança de créditos, face ao art. 184º nº 2 do CIRE que diz o seguinte: “*se o devedor não for uma pessoa singular, o administrador de insolvência entrega às pessoas que nele participem a parte do saldo que lhes pertenceria se a liquidação fosse efectuada fora do processo de insolvência, ou cumpre o que de diverso estiver a este respeito legal ou estatutariamente previsto.*”

---

<sup>37</sup> Veja-se REIS, ALBERTO DOS, *Código de Processo Civil*, Anotado, Vol. I, 3ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1982, pg. 384.

<sup>38</sup> Define FREITAS, JOSÉ LEBRE; REDINHA, JOÃO; PINTO, RUI, *Código de Processo Civil*, Anotado, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, pg. 512, “*a impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide dá-se quando, por facto ocorrido na pendência da instância, a pretensão do autos não se pode manter, por virtude do desaparecimento dos sujeitos ou do objecto do processo, ou encontra a satisfação fora do esquema da providência pretendida (...) a solução do litígio deixa de interessar – além, por impossibilidade de atingir o resultado visado; aqui, por ele já ter sido atingido por outro meio.*”

Somos, assim, de entendimento que nas situações *supra* referidas devem as ações declarativas pendentes ser extintas, por inutilidade superveniente da lide, só não o sendo quando intentadas contra outras pessoas, que não apenas o insolvente, uma vez que quanto a essas pessoas as ações prosseguem os seus ulteriores termos.

Caso diferente é aqueles das ações em que o insolvente seja uma sociedade comercial que não se extinga com a liquidação do seu património. Nestas situações, somos do entendimento que deverá ser decretada a suspensão das ações declarativas em curso, porquanto poderá surgir do processo de insolvência uma declaração que reconheça o crédito ao credor, ainda que não reclamado, tendo em vista futura cobrança, como também, pode o credor ter interesse em ver reconhecido o seu crédito para efeitos de responsabilização dos gerentes ou diretores da sociedade insolvente (nos termos do art. 78º do CSC).

Não obstante a diversidade de situações, apenas com a análise casuística é possível aferir se a ação em curso deve ou não ser extinta por *inutilidade ou impossibilidade superveniente da lide* ou prosseguir os seus termos.

Para esse efeito, deve o juiz ouvir as partes antes de julgar a ação extinta.

No que respeita a este tipo de ações, a tendência jurisprudencial tem sido a extinção de ações por inutilidade superveniente da lide.

Apenas uma corrente jurisprudencial minoritária tem vindo a defender a tese de que nada obsta ao prosseguimento das ações, uma vez que estas não colocam em crise a igualdade entre credores, conforme defende o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito do Processo nº 501/10.2TVLSB.S1, de 15.03.2012, relatado por Sebastião Póvoas, que diz o seguinte: *“O administrador habilitado nos termos do n.º 3 do artigo 85.º do CIRE não pode impor ao Autor de acção intentada contra o insolvente que venha reclamar o crédito nos termos do artigo 128.º por isso pedindo a extinção da instância por inutilidade da lide, já que o Autor é livre de o fazer ou renunciar à reclamação do mapa/lista (optando, ou não, pela insinuação tardia) e o administrador pode pedir a apensação da acção declarativa (e ponderar o crédito pedido em termos de*

*o considerar, ou não, reconhecido) se o entender conveniente. Além do mais, e atendendo ao artigo 184.º do CIRE, a dispor que se, após a liquidação, existir um saldo a exceder o necessário para o pagamento integral das dívidas da massa, o mesmo deve ser entregue ao devedor, sempre o demandante (munido de um título executivo) pode obter o pagamento do seu crédito, tal como poderá fazer se o devedor lograr obter bens após o encerramento do processo.”*

Porém, a maioria tem vindo a defender que, nos termos do art. 90º e 128º nº 1 e nº 3 ambos do CIRE e art. 287º alínea e) do CPC, a inutilidade superveniente da lide acaba naturalmente por ocorrer após trânsito em julgado da sentença que declara o devedor, insolvente com carácter pleno, conforme Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito do Processo nº 2435/09.4TBMTS.P1.S1, de 20.09.2011, relatado por Garcia Calejo; Processo nº 2209/06.4TBFUN-L1.S1, de 13.01.2011, relatado por Pereira da Silva e Processo nº 2532/05.5TTLSB-L1.S1, de 25.03.2010, relatado por Pinto Hespanhol; bem como o Acórdão da Relação do Porto, no âmbito do Processo nº 5614/11.0TBVNG.P1 de 15.03.2012, relatado por Filipe Carço; e o Acórdão da Relação de Lisboa, no âmbito do Processo nº 15/08.0TVLSB.L1-8, de 10.11.2011, relatado por Carla Mendes; Processo nº 884/09.7TTALM.L1-4, de 16.03.2011, relatado por Natalino Bolas e Processo nº 545/10.4TBBNV.L1-7, de 31.01.2012, relatado por Gouveia de Barros, que de forma sintetizada o entendimento jurisprudencial segue o entendimento que a prossecução de uma ação declarativa para reconhecimento de crédito sobre o insolvente, significa o desrespeito pelo art. 90º do CIRE, atendendo a que assim o credor dessa ação, credor também na insolvência, está a exercer os seus direitos por meios alheios ao CIRE, uma vez que a sentença a proferir na ação declarativa não tem efeitos executivos no processo da insolvência (art. 128º nº 3 do CIRE) enquanto que a sentença de verificação de créditos que julgue aquele crédito verificado, proferida no processo de insolvência já tem efeitos executivos externos (art. 233º nº 1, alínea c) do CIRE). Ou seja, o credor não está dispensado de reclamar créditos no processo de insolvência se quer ver o seu crédito reconhecido e com efeitos executivo, tornando-se, assim, inútil a prossecução da lide declarativa que conduz à prolação de uma sentença que não pode ser executada.

Discordamos com a tese defendida pela maioria sufragada nestes últimos Acórdãos, porque seguimos o entendimento minoritário, não consideramos que o legislador tenha imposto uma limitação aos credores quanto à reclamação dos seus créditos, em que seguindo o entendimento da maioria, se os credores não reclamarem, em tempo útil, o seu crédito, ficam vedados de verem o seu crédito reconhecido, atendendo a que a ação declarativa em curso será extinta por inutilidade superveniente da lide. Mais, não tendo ocorrido a extinção e liquidação de todos os créditos do devedor e tendo este recebido saldo que excede o necessário para o pagamento integral das dívidas da massa (cfr. art. 184º do CIRE), nada impede ao credor de prosseguir com a execução após encerramento do processo de insolvência, por forma a obter o pagamento do seu crédito, que só o poderá fazer se tiver munido de título executivo.

Entendemos, ainda, que estas ações não colocam em crise a igualdade entre credores.

Mais é defendida a inutilidade superveniente da lide, porque *“(...) registando-se o encerramento do processo por insuficiência da massa insolvente (...), nem por isso a ação declarativa terá interesse autónomo, porquanto se não existirem bens suficientes a liquidar não haverá qualquer utilidade em manter a instancia declarativa”*. Discordamos deste entendimento porquanto entendemos que, mesmo ocorrendo o encerramento do processo por insuficiência da massa insolvente - quando o apuramento realizado pelo Administrador de Insolvência fica abaixo do montante dos € 5.000,00 (Cinco mil euros), imposto no art. 232º nº 7 do CIRE - qualquer credor pode, querendo, requerer o prosseguimento da ação e procurar satisfazer total ou parcialmente o seu crédito, atendendo ao valor apurado que poderá ser suficiente. Isto porque, mesmo após o encerramento da liquidação, poderá surgir a possibilidade, mesmo que remota, de o devedor adquirir outros bens.

Ainda dentro deste enquadramento jurisprudencial, encontramos uma corrente que defende a extinção das ações por inutilidade e superveniente da lide, como uma inevitabilidade da sentença de verificação e graduação de créditos, por forma a evitar

que a sentença a proferir na ação declarativa possa ser invocada para efeitos probatórios na sentença de verificação e graduação de créditos, sobretudo a Relação de Lisboa, onde podemos encontrar os Acórdãos proferidos no âmbito do Processo nº 179/04.2TBMFR.L1-7, de 30.06.2011, relatado por Maria João Areias; no Processo nº 1135/06.1TVLSB.L1-1, de 15.02.2011, relatado por Manuel Marques; no Processo nº 17172/10.9T2SNT.L1-4, de 11.05.2011, relatado por José Feteira; e no Processo nº 5810/09.0TVLSB.L1-8, de 14.04.2011, relatado por Catarina Arêlo Manso. Entendimento que tem vindo a encontrar adesão noutras Relações do País, como o demonstra o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no âmbito do Processo nº 0836085, de 17.12.2008, relatado por Maria Catarina, ou o sentido do voto vencido de Jorge Arcanjo, no Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no âmbito do Processo nº 216881/08.4TIPRT.C1, de 22.03.2011, relatado por Artur Dias.

Seguimos parcialmente esta orientação, pois consideramos que, nos casos em que são, efetivamente, reclamados créditos ou quando a ação é apensada ao processo de insolvência, justifica-se a extinção da ação declarativa autónoma, por inutilidade superveniente da lide. Isto porque, o crédito reclamado ou apensado é reconhecido e asseverado na sentença de verificação e graduação de créditos.

No entanto, somos do entendimento que nos casos em que o credor (i) não teve conhecimento do processo de insolvência do devedor e não apresentou reclamação de créditos (nos termos do art. 128º do CIRE) ou ação ulterior de créditos (nos termos do art. 146º do CIRE) em tempo útil, ou (ii) nos casos em que a ação não foi apensada ao processo de insolvência, não poderá ocorrer a automática extinção da lide da ação autónoma. Isto porque, não constando o crédito na sentença de verificação e graduação de créditos, o seu reconhecimento dependerá da decisão (sentença final) que vier a ser proferida na ação declarativa autónoma.

Ora, seguindo o entendimento vertido da jurisprudência *supra* referenciada, os credores que não tenham reclamado créditos e cuja ação declarativa seja extinta automaticamente com a sentença de verificação e graduação de créditos veem-se prejudicados, por oposição aos credores que reclamaram créditos e os viram

reconhecidos no próprio processo de insolvência, através da sentença de verificação e graduação de créditos.

Face à divergência jurisprudencial *supra*, considerou-se necessário proceder à uniformização de jurisprudência. Neste quadro, foi proferido o Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 1/2014, de 08 de maio de 2013, no âmbito do Processo nº 170/08.OTTALM.L1S1, relatado pelo Conselheiro Manuel Augusto Fernandes da Silva<sup>39</sup> que, sufragando a posição maioritária quanto a esta matéria, veio consolidar o seguinte entendimento *“Transitada em julgado a sentença que declara a insolvência, fica impossibilitada de alcançar o seu efeito útil normal a ação declarativa proposta pelo credor contra o devedor, destinada a obter o reconhecimento do crédito peticionado, pelo que cumpre decretar a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, nos termos da alínea e) do art. 287º do CPC.”*<sup>40</sup>

Ora, como tivemos oportunidade de expor anteriormente, discordamos, respeitosamente, do entendimento uniformizado. Isto porque consideramos que não é com a sentença que declara o devedor insolvente que a ação declarativa de condenação deva ser extinta por inutilidade superveniente da lide, ou mesmo após o credor ter reclamado o seu crédito no processo de insolvência, uma vez que a mesma apenas poderá ocorrer quando no âmbito do processo de insolvência se procede ao pagamento dos créditos verificados e não impugnados.

Admitem-se, contudo, os casos *“a partir do momento em que, no processo de insolvência, é proferida a sentença de verificação de créditos, já que a partir desse momento, é essa sentença que reconhece e define os direitos dos credores.”*<sup>41</sup> Ou seja,

---

<sup>39</sup> Publicado no D.R. nº 39/2014, I série, de 25 de fevereiro de 2014, pg. 1642-1650.

<sup>40</sup> LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 9ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2017, pg. 161-162, nota 5, cujo Autor não segue o entendimento do presente Acórdão por *“Na verdade as ações não se extinguem, apenas se suspendem, uma vez que o credor conserva o direito de as reactivar após o encerramento do processo, nos termos do art. 233º”*.

<sup>41</sup> Conforme, Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, no âmbito do Processo nº 0836085, de 17.12.2008, relatado por Maria Catarina que diz o seguinte: *“I - Na situação prevista no art. 85º, nº1, do CIRE, não existe, necessariamente, impossibilidade superveniente da lide de natureza declarativa instaurada contra o insolvente. II - A declaração de insolvência não determina, só por si, a inutilidade das acções declarativas*

nos casos em que o credor reclamou o seu crédito e este foi objeto de sentença de verificação e graduação de créditos consideramos existir inutilidade superveniente da lide, nos termos do art. 287º alínea e) do CPC, e, consequentemente, a ação deve ser extinta, visto que a sentença de verificação e graduação dos créditos proferida no processo de insolvência, reconhece tal crédito reclamado e, depois de encerrado o processo, constitui título executivo, cfr. art. 233º nº 1, alínea c) do CIRE.

O mesmo não sucede nos casos em que o credor não reclamou o seu crédito no processo de insolvência ou não apresentou, em tempo, ação ulterior de créditos. Neste caso, a ação declarativa mantém a sua utilidade e, por isso, deve ser suspensa até encerramento do processo de insolvência, por forma a permitir que o autor e juiz verifiquem a utilidade e possibilidade do prosseguimento da ação, sem contar, obviamente, com a ocorrência do encerramento do processo por insuficiência da massa, em que extingue-se a instância não ocorrendo a verificação e graduação dos créditos, exceto se a mesma já tiver sido proferida (cfr. art. 233º nº 2 alínea b)); ou nos casos de o processo encerrar a pedido do devedor (cfr. art. 230º nº 1 alínea c)), em que pode o processo de insolvência terminar sem que o credor tenha daí obtido título comprovativo do seu direito contra o insolvente (art. 232º nº 2 alínea b)).

Concluindo o presente capítulo, não podemos deixar de realçar que o Acórdão de uniformização de jurisprudência proferido sobre a questão dos efeitos da insolvência nas ações judiciais não é inquestionável e a matéria continua a ser controvertida. Na verdade, a própria decisão obtido 13 votos vencidos, todos no sentido de orientação que, também, seguimos.

Ou seja, existe uma facção, ainda que minoritária, dentro do próprio Supremo Tribunal de Justiça que considera que não cabe ao administrador de insolvência impor aos credores, com ação em curso, o recurso à reclamação de créditos na insolvência (nos

---

*que têm como objecto o reconhecimento judicial de um crédito sobre a insolvente. III – Tal inutilidade apenas ocorrerá a partir do momento em que, no processo de insolvência, é proferida sentença de verificação de créditos, já que, a partir desse momento, é essa sentença que reconhece e define os direitos dos credores.” – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).*

termos do art. 128º do CIRE), comportando a consequente extinção, por inutilidade superveniente da lide, daquela ação intentada contra o insolvente. Com efeito, o credor é livre de reclamar ou renunciar à reclamação de créditos apresentada, podendo obter por deixar sem efeito o reconhecimento do seu crédito.

Mais, esta facção minoritária do Supremo Tribunal de Justiça, defende, ainda que se, após a liquidação, (i) for apurado um saldo excedente ou (ii) o devedor venha a adquirir novos bens que permitam o pagamento integral das dívidas da massa insolvente, este excesso deve ser devolvido ao devedor, nos termos do art. 184º do CIRE, podendo o credor (munido de um título executivo) fazer valer-se pelo pagamento do seu crédito.



#### 4) EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA EM AÇÕES EXECUTIVAS:

Do decurso das ações executivas para cobrança de dívida é possível, por força do disposto no art. 793º do CPC, antecipar a intervenção de um processo de insolvência, uma vez que, de acordo com o referido artigo, *“Qualquer credor pode obter a suspensão da execução, a fim de impedir os pagamentos, mostrando que foi requerida a recuperação de empresa ou a insolvência do executado”*.<sup>42</sup>(sublinhado nosso)

Esta medida é recorrente em fases de penhora e de venda de bens, obstando à sua concretização. No fundo, tal resulta da própria intenção do legislador em, acautelar os interesses coletivos e não individuais de cada credor, de forma a permitir ainda a recuperação da empresa<sup>43</sup> ou a não afetação do ativo do devedor em benefício de apenas um ou determinado grupo de credores.<sup>44</sup>

Todavia, a suspensão da execução apenas opera em relação ao Executado, prosseguindo quanto aos demais executados.

---

<sup>42</sup> SERRA, CATARINA, *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, Coimbra, Edições Almedina, 2004, pg. 42, faz referência a este preceito como não tendo um efeito *necessário* (ao contrário do que sucede no art. 88º do CIRE) mas sim um efeito *possível* da mera instauração de um processo de insolvência.

<sup>43</sup> Antes da alteração da norma contida no art. 1º do CIRE, SERRA, CATARINA, *As Novas Tendências do Direito Português da Insolvência – Comentário ao Regime dos Efeitos da Insolvência Sobre o Devedor no Projeto do Código da Insolvência*, in AA. VV., *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas – Comunicações sobre o Anteprojeto de Código*, Ministério da Justiça, gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pg. 22, fazia referência a que o CIRE, não obstante do abandono do interesse primário da recuperação da empresa, deixou também de ser objeto de um processo autónomo, mas constituía ainda um dos principais objetivos do processo de insolvência, cfr. anterior redação do art. 1º e 195º ambos do CIRE.

<sup>44</sup> Por referência doutrinária, encontra-se aqui subjacente o princípio da *par conditio creditorum*, consagrado no art. 604º nº 1 do CC, e que a Autora PRATA, ANA define da seguinte forma «princípio segundo o qual todos os credores – que não gozem de nenhuma causa de preferência relativamente aos outros credores – se encontram em igualdade de situação, concorrendo paritariamente ao património do devedor para obter a satisfação dos respectivos créditos», *Dicionário Jurídico*, Coimbra, Almedina, 2006, 4ª edição, pg. 848.

O efeito da suspensão e demais consequências legais são imediatos, manifestando-se logo após o credor demonstrar que requereu a recuperação da empresa ou a insolvência do executado.

Quando o pedido de insolvência é julgado improcedente essa execução retoma os seus trâmites normais contra todos os executados do processo; quando o pedido de insolvência é julgado procedente a ação executiva fica, quanto àquele devedor, suspensa, seguindo-se os seguintes termos:

Os efeitos da declaração de insolvência sobre as ações executivas encontram-se regulados pelo art. 88º nº 1 do CIRE que dispõe o seguinte: *“A declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer accção executiva intentada pelos credores da insolvência; porém, se houver outros executados, a execução prossegue contra estes”*.<sup>45 46</sup>

Da primeira parte desta norma podemos retirar que a suspensão afeta *“(…) quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente (…)*”. Ou seja, não são suspensas apenas as diligências compreendidas nas ações executivas, mas também os procedimentos cautelares, como o arresto e o arrolamento<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> No preceito legal em análise, existe um ponto em comum quanto à primeira e segunda parte da norma, que é a qualidade do credor da insolvência, que tem a sua definição prevista no art. 47º nº 1 do CIRE.

<sup>46</sup> Breve nota de, ESTEVES, MARIA JOSÉ; AMORIM, SANDRA ALVES; VALÉRIO, PAULO - *Código da insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, Porto, Vida Económica, maio 2012, pg. 107 *“(…) Inexistindo esta disposição legal, bastaria que ninguém levasse a declaração de insolvência ao conhecimento do processo de execução ou de outros processos em que estivesse a ser atingido o património do insolvente para que tais processos prosseguissem os seus termos, liquidando-se o património do devedor em manifesto prejuízo do princípio da igualdade dos credores”*.

<sup>47</sup> Neste sentido, os Autores FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO/ LABAREDA, JOÃO, *Código da Insolvência da Recuperação de Empresas*, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2015, pg. 435 nota 4, *“(…) a suspensão só se verifica em relação a diligências ou providências que tenham por objeto bens integrantes da massa insolvente”* (cfr. ANTUNES VARELA, J. MIGUEL BEZERRA E SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1985, pg. 74 e 75); também neste sentido veja-se o Acórdão da Relação do Porto, de 14.12.2006, no âmbito do Processo nº 0636938, relatado por Gonçalo Silvano, que diz o

A segunda parte da referida norma - “(...) e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores da insolvência (...)”<sup>48</sup> – diz respeito à extinção imediata dos processos que sejam instaurados pelos credores após a declaração de insolvência, bem como obsta ao próprio prosseguimento da ação executiva quanto ao devedor ora insolvente. Qualquer ato praticado nestas ações, bem como qualquer nova ação executiva contra o executado declarado insolvente são declarados nulos<sup>49</sup> <sup>50</sup>, ou indeferidos, respetivamente, por impossibilidade legal.

Ora, por norma os Tribunais de primeira instância, após determinar a suspensão das diligências executivas quanto ao executado declarado insolvente, questionam o

---

seguinte: “I - A fórmula utilizada pelo legislador no art. 88º, nº1, do CIRE «a declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores de insolvência», na parte referente a quaisquer diligências executivas permite considerar abrangidas na sua estatuição diligências compreendidas tanto em ações executivas como processo comum, como processo especial e em procedimento cautelar. II - Este efeito da suspensão é automático para as diligências executivas instauradas através de procedimento cautelar que efectivamente tem natureza executiva a decisão que se visava atingir era a entrega do imóvel locado.” - disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>48</sup> O Autor **OLIVEIRA, DIONÍSIO**, *Os Efeitos Externos da Insolvência – As Ações Pendentes Contra o Insolvente*, in Revista JULGAR – nº 9 – setembro/dezembro 2009, pg. 176 e 177, faz a seguinte referência “o nº 3 do art. 154º do CPEREF, relativo aos efeitos da declaração da falência, tinha uma redacção semelhante à da segunda parte do nº 1 do art. 88º do CIRE (...). À luz desta norma, a jurisprudência vinha entendendo que as execuções para pagamento de quantia certa pendentes contra o falido deviam ser julgadas extintas. Tal solução decorria do facto da declaração de falência desembocar necessariamente na liquidação de todo o património do falido e, tratando-se de uma sociedade, na sua extinção. Mesmo a solução prevista no art. 187º do CPEREF, para os casos de insuficiência da massa falida, pressuponha a liquidação de todo o activo existente. Esta só não existia na situação prevista no art. 186º, do mesmo código, mas por total inexistência de património, sendo certo que se fossem encontrados bens a extinção da instância era revogada e procedia-se necessariamente à venda desses bens. Em qualquer das hipóteses, o prosseguimento da execução era impossível, o que justificava a sua extinção ao abrigo do art. 287º alínea e) do CPC. No âmbito do CPEREF, a suspensão das execuções surgia apenas como efeito do processo especial de recuperação da empresa, por força do disposto no nº 1 do art. 29º, nos termos do qual, «proferido o despacho de prosseguimento da acção, ficam imediatamente suspensas todas as execuções instauradas contra o devedor e todas as diligências de acções executivas que atinjam o seu património (...)»”

<sup>49</sup> Neste sentido, **FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO/ LABAREDA, JOÃO**, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2015, pg. 435 nota 5.

<sup>50</sup> E a título exemplificativo, temos neste sentido Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, no âmbito do Processo nº 1851/10.3T2AVR-D.P1, de 28.04.2015, relatado por Anabela Dias da Silva, que julgou nula uma venda judicial, depois de declarados insolventes os devedores – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Bem como outro Acórdão exemplificativo dado pelo Autor **LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES** – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 9ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2017, pg. 163, nota 5.

exequente se pretende manter a suspensão ou se concorda com a extinção da instância executiva, por inutilidade superveniente da lide. Porém, determinados Tribunais decretam de imediato a extinção da instância, sem fazer depender da vontade do exequente, pois entendem que existe *impossibilidade* da lide, no sentido missivo da norma – “A declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas” – porquanto se verifica, na pendência da ação, um facto que obsta ao prosseguimento da instância.

Ou seja, a instância torna-se impossível por falta de objeto, e, nessa medida, torna-se *inútil*, porque o fim pretendido na ação será alcançado por outro meio ou o exequente perdeu o interesse na prestação (cfr. arts. 277º e 849º ambos do CPC).<sup>51</sup>

Partilhamos o entendimento seguido pela generalidade da nossa jurisprudência<sup>52</sup> e doutrina<sup>53</sup>, de acordo com o qual até ao encerramento do processo de insolvência, deve a instância executiva permanecer suspensa, nos termos da referida norma do CIRE e do art. 269º nº 1 alínea d) do CPC. Na verdade, este entendimento

---

<sup>51</sup> A título exemplificativo, estes Acórdãos decidiram no sentido de a declaração de insolvência do executado extinguir por impossibilidade ou inutilidade da lide e não suspender - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20.09.2011, relatado por Garcia Calejo – Processo nº 2435/09.4TBMST.P1 julgou que “transitada em julgado a sentença que declara a insolvência da demandada, ação que visa o reconhecimento de um direito de crédito sobre o insolvente, deve ser declarada extinta, por inutilidade superveniente da lide, de harmonia com o artigo 287º, alínea e) do Código de Processo Civil”, também na mesma linha o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2010, relatado por Pinto Hespanhol – Processo nº 2532/05.5TTLSB.L1.S1 e de 20.05.2003, no âmbito do Processo nº 229/04.TBFUN.L1.S1, este na vigência da lei anterior – todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>52</sup> A título exemplificativo, estes Acórdãos decidiram no sentido de a declaração de insolvência do executado suspender e não extinguir por impossibilidade ou inutilidade da lide – Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15.03.2012, relatado por Sebastião Povoas, no âmbito do Processo nº 501/10.2TVLSB.S1; Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, no âmbito do Processo nº 3352/2006-7, de 21.09.2006, relatado por Caetano Duarte; os Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães, de 05.06.2008, relatado por Antero Veiga, no âmbito do Processo nº 825/08-1 e de 15.09.2011, relatado por Amílcar Andrade, no âmbito do Processo nº 71/11.4TBPCR; os Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra, no âmbito do Processo nº 68/08.1TBVLF-B.C1, de 03.11.2009, relatado por Teresa Pardal; de 20.11.2012, relatado por Falcão de Magalhães, no âmbito do Processo nº 6/1999.C1 e no âmbito do Processo nº 169/08.6TBVLF-F.C1, de 26.10.2010 relatado por Francisco Caetano; e os Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, no âmbito do Processo nº 1382/08.1TJVNF.P1, de 21.06.2010, relatado por Anabela Luna de Carvalho, e de 03.11.2011, relatado por Guerra Banha, no âmbito do Processo nº 3845/04.9TBSTS-A.P1 – todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>53</sup> Na doutrina, defendendo a suspensão enquanto o processo durar, LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 9ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2017, pg. 164, nota 6.

decorre do próprio elemento literal do art. 88º do CIRE que dispõe expressamente “*suspensão*”, pelo que a norma de cariz especial vem afastar a regra geral do art. 277º do CPC.

A este facto acresce que, na pendência do processo de insolvência, o exequente desconhece se poderá prosseguir com a sua ação executória, como acontece, designadamente, nos casos em que (i) o pedido de exoneração do passivo é indeferido ou não é, sequer, requerido pelo insolvente (ii); quando o processo de insolvência é encerrado antes do rateio final a pedido do devedor ou por insuficiência da massa; ou (iii) após rateio final ser apurada a possibilidade de o devedor exercer uma atividade suscetível de gerar rendimentos, que crescem à massa; ou mesmo (iv) nos casos em que é homologado um plano de insolvência ou de um plano de pagamentos que admita o prosseguimento das execuções.

Passaremos a expor, em que medida, em cada um dos casos *supra* referidos, é possível/viável a prossecução da ação executiva contra o executado declarado insolvente.

- 1) Nos casos em que a exoneração do passivo é indeferida ou não é requerida pelo insolvente;

Nos casos de insolvência de pessoa singular, a execução deve ser extinta apenas quando o crédito tenha sido satisfeito no âmbito do processo de insolvência. Caso contrário, nada obsta ao prosseguimento da ação, salvaguardando-se apenas o caso da exoneração do passivo restante regulamentado nos termos do art. 235º e ss. do CIRE, que, procurando dar oportunidade de um *clean start* ao insolvente, obsta à manutenção de qualquer ação.

Todavia, após a cessação do período de exoneração há que ter em conta os efeitos previstos no art. 245º do CIRE, nomeadamente a extinção de todos os créditos sobre a insolvência que ainda subsistam à data em que é concedida, sem exceção dos

que não tenham sido reclamados e verificados, com a consequente extinção da execução, tendo presente que a exoneração não abrange os casos previstos no nº 2 do referido artigo.<sup>54</sup>

Sucedem que o regime da exoneração de passivo apenas se aplica quando o insolvente - pessoas singulares – o requeira expressamente, nos termos do art. 236º nº 1 do CIRE. Considerando que se trata de um benefício extremamente favorável na medida em “libera” o devedor de todas as dívidas, não é incomum ser requerido pelos insolventes.

Na nossa experiência – faça-se a ressalva que se trata da perspetiva do advogado – os casos em que os insolventes não requerem a exoneração do passivo surgem, por desconhecimento da norma, sobretudo quando o pedido de insolvência é apresentado por um credor e não pelo próprio insolvente. Nestas situações, o insolvente muitas vezes não se encontra representado por mandatário, já que tal representação não é obrigatória em sede de assembleia de credores. Assim, acaba o insolvente por ser informado pelo juiz, em sede de assembleia de credores, do funcionamento do processo de insolvência e do mecanismo da exoneração, sendo-lhe apresentada uma derradeira oportunidade para requerer este benefício.

Assistimos, ainda, a situações em que não é requerida a exoneração do passivo por mero esquecimento do próprio mandatário do insolvente, aquando da elaboração do pedido de insolvência. Não obstante, é permitida a correção deste lapso até a assembleia de credores, mediante requerimento nesse sentido, em sede da própria assembleia, ou, no caso de dispensa da realização desta, após os 60 dias subsequentes à sentença que tenha declarado a insolvência.

---

<sup>54</sup> O Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, no âmbito do Processo nº 37/09.4TBMCD-D.P1, de 19.06.2012, relatado por Rodrigues Pires, vai no sentido de após sentença a deferir o pedido de exoneração do passivo restante, deve a ação suspensa ser extinta por impossibilidade superveniente da lide: *“II – A suspensão da execução só poderá dar lugar à sua extinção, por impossibilidade superveniente da lide, caso venha a ser proferida a decisão final da exoneração, nos termos do estatuído nos arts. 244º e 245º, nº 1 do CIRE”* - disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

No que diz respeito aos casos de indeferimento do pedido de exoneração do passivo, ou seja, quando não é cumprida alguma das alíneas do art. 238º do CIRE, pode o credor e aqui exequente requerer o prosseguimento da ação executiva ou mesmo dar entrada de uma nova ação, uma vez que o seu direito não foi satisfeito, nos termos do art. 233º nº 1 alínea c) e d) e art. 242º nº 1 *a contrario* ambos do CIRE. Estes casos têm sido cada vez mais recorrentes no nosso ordenamento jurídico.

- 2) Quando o processo de insolvência é encerrado antes do rateio final a pedido do devedor ou por insuficiência da massa;

Neste capítulo analisaremos as situações, em que *o processo de insolvência é encerrado antes do rateio a pedido do devedor*, de acordo com o que vem previsto no art. 230º alínea c) e art. 231º ambos do CIRE, ou quando *o processo de insolvência é encerrado antes do rateio por insuficiência da massa*, conforme determina os art. 230º nº 1 alínea d) e 232º ambos do CIRE.

Ora, verifica-se uma situação em que *o processo de insolvência é encerrado antes do rateio a pedido do devedor*, de acordo com a primeira parte do art. 230º alínea c) do CIRE – “*A pedido do devedor, quando este deixe de se encontrar em situação de insolvência*” – quando, por exemplo, o devedor receba ou esteja prestes a receber uma herança, cujo ativo é suficiente para fazer face ao passivo, permitindo-lhe com o montante a receber saldar as dívidas para com os seus credores, e, sair da situação de insolvência.

As situações previstas na segunda parte do art. 230º alínea c) do CIRE – “*(...) ou todos os credores prestem o seu consentimento*” – verificam-se, por exemplo, quando o devedor chega a acordo com todos os credores no que concerne ao pagamento dos seus créditos. Esta situação ocorre em casos – do qual é exemplo um processo que tivemos oportunidade de acompanhar no juízo de comércio do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste – Sintra - em que o devedor dispunha de apenas um bem imóvel suscetível

de liquidação, com boa cotação no mercado, e, na pendência do processo de insolvência, apresentou-se um interessado na compra daquele ativo. Na ausência de quaisquer outros bens apreendidos para a massa e prosseguindo a venda deste imóvel no âmbito do processo de insolvência, o mais certo era apenas dois credores (isto no caso que presenciei), um com garantia real de hipoteca e outro o crédito reclamado pelas Finanças virem a ser ressarcidos em parte ou na totalidade do seu crédito reclamado. Tal não ocorreria se o imóvel fosse vendido fora do âmbito da insolvência e com a concordância de todos os credores sobre o valor proposto, que seria suficiente para pagar parte ou mesmo a totalidade de créditos reclamados por todos os credores. Esta solução evitaria o pagamento de apenas dois créditos respeitantes aos dois credores com garantia, motivo pelo qual todos os credores deram o seu consentimento e o processo de insolvência foi encerrado, deixando o devedor de se encontrar em situação de insolvência. Estas situações são extremamente raras e dependem do sucesso de difíceis negociações, porquanto dependem da cedência por parte de grandes credores, nomeadamente de cedência de parte do seu crédito, para que os demais credores sejam parcialmente ressarcidos.

Ora, sem prejuízo, em ambos os exemplos aqui expostos, os credores que não tivessem sido ressarcidos na totalidade dos créditos poderiam prosseguir com as ações executivas em curso, como poderiam propor novas ações, para pagamento do remanescente. Por norma, tal não se verifica, uma vez que fica estipulado entre as partes que as ações em curso serão extintas por pagamento ou é acordada uma cláusula impedindo os credores de apresentarem novas ações quanto aos créditos reclamados e abrangidos pelo acordo, o que obsta ao prosseguimento ou apresentação de novas ações.

Posto isto, não deixa de ser possível requerer a prossecução ou mesmo propor novas ações executivas quando o processo de insolvência é encerrado antes do rateio a pedido do devedor, caso este comprove que deixou de se encontrar em situação de insolvência, ou se todos os credores concordarem com o encerramento do processo, face ao disposto no art. 233º nº 1 alínea a), c) e d) do CIRE. Porém, cada caso deve ser



analisado casuisticamente por cada credor, sobretudo por forma a avaliar a oportunidade de requerer o prosseguimento ou submeter novas ações.

Situações diferentes são os casos em que *o processo de insolvência é encerrado antes do rateio por insuficiência da massa*, conforme determina os art. 230º nº 1 alínea d) e 232º ambos do CIRE, circunstância que ocorre quando é o próprio Administrador de Insolvência, ao apresentar o relatório previsto no art. 155º do CIRE, demonstra, através das pesquisas realizadas junto de diversas entidades, da situação reportada pelo insolvente ou pelo credor que peticionou a insolvência, que o devedor não dispõe de bens. Uma vez que a massa insolvente é insuficiente para satisfazer as custas do processo e dívidas da massa insolvente, conclui que não poderá ser dado início à liquidação do ativo e que o processo terá de ser encerrado, facto que é reportado pelo Administrador de Insolvência aos credores e juiz.

Dispondo o art. 232º nº 4 do CIRE, que *“Depois de verificada a insuficiência da massa, é lícito ao administrador da insolvência interromper de imediato a respetiva liquidação”* permite-se que o Administrador de Insolvência interrompa a liquidação, logo após verificação que a massa insolvente é insuficiente para satisfação das custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente sem necessidade de esperar pelo trânsito em julgado da decisão judicial que declare o encerramento do processo de insolvência. Neste sentido veja-se o enquadramento da norma, interpretada no contexto do art. 233º nº 1 alíneas a) e b) do CIRE.

Ora, mesmo nestes casos de insuficiência da massa, o certo é que o valor calculado poderá aproximar-se do montante dos 5.000,00€ (Cinco mil euros), limite imposto no art. 232º nº 7 do CIRE, e ainda que o processo de insolvência seja encerrado por insuficiência da massa, nada obsta a que os credores queiram prosseguir com as suas execuções ou dar entrada de novas ações para recuperação de parte ou totalidade do seu crédito reclamado, isto porque, por exemplo, no caso das sociedades insolventes, não há lugar à extinção da empresa.

No entanto, no caso de insolvência de sociedades comerciais, o credor terá sempre de atender ao disposto no art. 234 nº 4 do CIRE, que dispõe que, no caso do encerramento do processo de insolvência por insuficiência da massa, a sociedade é dissolvida e liquidada, nos seus termos do regime jurídico dos procedimentos administrativos, o que resulta na extinção da pessoa coletiva (cfr. o art. 162º CSC).

Ao contrário do que sucede no processo de insolvência, este procedimento administrativo de dissolução e liquidação da sociedade comercial, previsto no D.L. n.º 76-A/2006 de 29 de março, não contém qualquer norma análoga à do art. 154º nº 3 do CPEREF ou do art. 88 nº 1 do CIRE, que determina *“a suspensão de quaisquer diligências executivas (...) e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer ação executiva intentada pelos credores da insolvência”*. Assim, caberá a cada credor ponderar a oportunidade da eventual prossecução ou apresentação de nova ação na expectativa, ainda que remota, de recuperação de parte ou a totalidade do seu crédito.

Acresce que, o art. 88 nº 3 do CIRE, introduzido pela Lei nº 16/2012 de 20 de abril,<sup>55</sup> parece obstar ao prosseguimento das ações executivas sempre que o processo de insolvência seja encerrado por insuficiência da massa, todavia deve esta norma ser interpretada restritivamente, porquanto entendemos que o legislador não pretendia contemplar a extinção de ações “transitáveis”, forçando os exequentes a proporem

---

<sup>55</sup> No Anteprojeto de Diploma que altera o CIRE, de 24.11.2011, a extinção das ações executivas suspensas podia fundamentar-se na deliberação da assembleia de credores de liquidação da massa insolvente (art. 88º nº 3 alínea b)). Esta deliberação, que não se encontra consagrada na lei, nem na assembleia de credores de apreciação do relatório (prevista e regulada no art. 156º e que apenas pode deliberar sobre a suspensão da liquidação ou sobre a manutenção ou encerramento da empresa ou e um ou mais estabelecimentos), nem na assembleia de discussão e votação da proposta de plano de insolvência (arts. 209º e ss.), seria, só por si, suficiente para a extinção da ação executiva (não parecendo necessário, nem o encerramento do processo de insolvência, nem a liquidação de todos os bens e rateio final). Esta solução não foi adotada, tendo sido criticada pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses, conforme o seu parecer sobre o Anteprojeto de alteração do CIRE, de 24.11.2011, pg. 19 e 20.

novas ações, o que acarretaria prejuízos como a perda de prioridade em penhoras já realizadas.<sup>56 57</sup>

Todavia, o art.º 88º nº 3 do CIRE faz uma ressalva quanto aos efeitos do exercício do direito de reversão, no que diz respeito aos casos de execuções fiscais e da segurança social que podem reverter contra os Administradores e Gerentes da sociedade primitiva executada.

Por fim, é de realçar que a nova redação do nº 4 do referido artigo impõe ao Administrador de Insolvência um dever de comunicação, aos Agentes de Execução, do encerramento do processo nos termos e para os efeitos do nº 3.

- 3) Possibilidade de a atividade do devedor gerar rendimentos que acrescem à massa após o rateio final;

Nos termos do art. 182º nº 1 do CIRE, - *“Encerrada a liquidação da massa insolvente, a distribuição e o rateio final são efectuados pela secretaria do tribunal quando o processo for remetido à conta e em seguida a esta; o encerramento da*

---

<sup>56</sup> Neste sentido, FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO/ LABAREDA, JOÃO, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2015, pg. 436 nota 7.

Também, neste sentido, EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, *Manual de Insolvência*, 4ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, outubro de 2014, pg. 166 nota 528, que salienta *“em consequência, as ações executivas passam a conhecer duas fases na pendência da ação de insolvência: numa primeira fase ficam suspensas quanto ao executado insolvente; numa segunda fase, quando se preencha a alínea a) do nº 1 do art. 230º, as ações extinguem-se quanto ao executado insolvente. E se após o rateio final, e na hipótese de todos os credores sobre a insolvência verem os seus créditos integralmente satisfeitos, o saldo remanescente for entregue ao devedor nos termos do art. 184º nº 1? Fará sentido nesta hipótese a extinção da instância executiva relativamente a um credor cujo crédito não foi contemplado na sentença de verificação e graduação de créditos (pois não foi reclamado no âmbito do processo de insolvência?)”*.

<sup>57</sup> Sendo que há jurisprudência que tem seguido a letra da lei do nº 3 do art. 88º, como o Acórdão da Relação de Coimbra, no âmbito do Processo nº 219227/10.8YIPRT-A.C1, de 25.03.2014, relatado por Teles Pereira que diz o seguinte: *“I – A declaração de insolvência do Executado determina a suspensão da instância das execuções contra este pendentes e não a extinção destas por inutilidade superveniente. II – Tal entendimento, que sempre correspondeu à interpretação sistematicamente mais adequada do artigo 88º do CIRE, tornou-se indiscutível com a introdução nesta disposição do nº 3 da Lei nº 16/201, de 20 de abril.”* – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Bem como alguma doutrina, como SERRA, CATARINA – *O Regime Português da Insolvência*, 5ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2012, pg. 88.

liquidação não é prejudicado pela circunstância de a actividade do devedor gerar rendimentos que acresceriam à massa” (sublinhado nosso). Ou seja, apesar de os credores nada terem decidido e a liquidação se processar nestes termos, é possível da atividade do devedor gerar rendimentos que cresçam à massa, não deixando de ser uma expectativa remota.

Caso o processo seja encerrado após a realização do rateio final, nos termos do art. 230º nº 1 alínea a) do CIRE, sendo o insolvente uma sociedade comercial, a execução não poderá prosseguir e deverá ser extinta, por consequência da extinção da própria sociedade, de acordo com o art. 234º nº 3 do CIRE.

- 4) Encerramento do processo de insolvência antes do rateio final por homologação de um plano de insolvência ou de um plano de pagamentos que não obste o prosseguimento das execuções;

O *plano de insolvência*, inserido no título IX do CIRE, é aplicado às pessoas coletivas e às pessoas singulares que sejam titulares de empresa e depende, quase exclusivamente, da vontade dos credores.

O plano de insolvência só pode ser aprovado após declaração de insolvência do devedor, estabelecendo, o art. 192º nº 1 do CIRE um princípio geral sobre a disciplina do pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa insolvente e a sua repartição pelos titulares desses créditos e pelo devedor, bem como com a responsabilidade do devedor depois de findo o processo de insolvência.

Determina o art. 195º nº 2 alínea b) do CIRE, que a aplicação do plano poderá seguir uma das seguintes quatro modalidades: (i) a liquidação da massa insolvente; (ii) a recuperação ou manutenção da atividade da empresa; (iii) o saneamento por

transmissão da empresa a outra entidade; e, por fim, (iv) um plano que resulte de um conjunto de todas ou de algumas das modalidades indicadas anteriormente.<sup>58</sup>

O plano pode ser apresentado pelo administrador de insolvência<sup>59</sup>, pelo devedor, pelos responsáveis legais pelas dívidas da insolvência ou por credores cujos créditos representem um quinto dos “créditos não subordinados” reconhecidos na sentença de verificação e graduação de créditos ou na estimativa do juiz, se tal sentença ainda não tiver sido proferida (cfr. 193.º nº1 do CIRE).

O regime jurídico da homologação do plano de insolvência, encontra-se regulado, sobretudo, nos arts. 217º a 222º e 230º nº 1 alínea b) do CIRE, determinando-se que a execução do plano importa o encerramento do processo de insolvência, após trânsito em julgado da sentença de homologação, desde que o conteúdo do plano não seja incompatível com esse encerramento.

Proferida a sentença, as alterações dos créditos sobre a insolvência introduzidas pelo plano produzem efeitos de imediato, independentemente de tais créditos terem sido reclamados ou verificados (cfr. art. 217º nº 1 do CIRE).

De igual modo, o plano produz efeitos imediatos sobre quaisquer atos ou negócios jurídicos nele previstos, prescindindo a lei da forma legalmente prevista, sendo apenas necessário que do processo constem, por escrito, as declarações de vontade de terceiros e dos credores que não tenham votado favoravelmente ou que, de acordo com o plano, devessem ser emitidas após aprovação (cfr. art. 217º nº 2 do CIRE).

---

<sup>58</sup> Veja-se neste sentido CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, na Revista *O Direito* nº 137, 2005, III, pg. 503, em que apesar do conteúdo concreto do plano de insolvência depender da vontade das partes, é possível, com base no art. 195º nº 2 alínea b) do CIRE apresentar uma classificação exemplificativa de planos de insolvência.

<sup>59</sup> O administrador de insolvência pode apresentar a proposta por sua própria iniciativa ou a requerimento em sede de assembleia de credores, nos termos dos arts. 193º nº 2 e 156º nº 3 do CIRE. Acresce o nº 3 do art. 193º do CIRE, que caso não seja apresentada proposta por sua iniciativa, deve a mesma ser realizada em “*colaboração com a comissão de credores, se existir, com a comissão ou representantes dos trabalhadores ou com o devedor, devendo conformar-se com as directrizes que tenham sido aprovadas em assembleia de credores.*”

O nº 3 do art. 217º do CIRE determina que a sentença de homologação é título suficiente para a constituição de nova sociedade, para transmissão dos bens e direitos que deva adquirir, assim como para a realização dos registos correspondentes, e para a redução, aumento de capital, modificação de estatutos, transformação, exclusão de sócios e alteração dos órgãos sociais da sociedade devedora, bem como para a realização dos registos respetivos.

Em consequência, e segundo determina o art. 230º nº 1 alínea b) do CIRE, com o encerramento do processo de insolvência, os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, sem outras restrições que não as decorrentes do plano de insolvência, e os credores da massa insolvente podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos, nos termos do art. 233º nº 1 alíneas c) e d) do CIRE.<sup>60</sup>

Cessam, assim, os efeitos da declaração de insolvência e podem os credores exercer os seus direitos sobre o devedor, nos termos determinados no plano de insolvência, visto que não poderão prosseguir ou intentar novas ações relativas a créditos abrangidos pelas condições estipuladas no plano de insolvência. Poderá verificar-se uma de três possibilidades: (i) a prossecução da execução, (ii) a prorrogação da suspensão ou (iii) a extinção imediata da ação executiva.

Nos casos em que tivemos oportunidade de observar – faça-se, novamente, a ressalva que se trata da perspetiva do advogado – por regra, do plano aprovado prevê a recuperação da sociedade insolvente e consequentemente a extinção das ações

---

<sup>60</sup> Segundo o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, Processo nº 462/12.3TTSTS.P1, de 28.04.2014, relatado por António José Ramos “II – *Inexiste violação do caso julgado, não se verificando qualquer efeito preclusivo, na circunstância de o Autor não ter reclamado, no processo de insolvência, uma vez que nada impede que, após o encerramento daquele processo, exerça o seu direito em ação proposta contra a Ré que entretanto retomou a sua atividade, ficando o mesmo sujeito às restrições constantes do plano de insolvência e do plano de pagamentos aprovado e devidamente homologado. Como nada obstaculiza que, na sentença, se tenha condenado desses créditos com as restrições advindas do plano de insolvência e de pagamentos.*” – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

executivas em curso, salvaguardando-se a novação da dívida.<sup>61</sup> <sup>62</sup> Contudo, existem casos em que as execuções poderão retomar o seu curso de imediato ou corrido um eventual período estabelecido no plano, ficando sujeitas às demais contingências resultantes do plano aprovado (cfr. arts. 217º, 218º e 233º nº 1 aliena a) e c) do CIRE, entre outros).

Acresce que, o plano aprovado poderá também prever a liquidação do ativo e a extinção da sociedade em derrogação das normas do CIRE, resultando na extinção das execuções, como exposto no ponto anterior. Nestas circunstâncias, afasta-se a possibilidade de apresentar novas ações enquanto decorre um plano de insolvência homologado por ir contra o fim pretendido neste. Todavia, existe a possibilidade de os credores estipularem a não exoneração do devedor (cfr. art. 197º alínea c) *a contrario* do CIRE), podendo após o cumprimento do plano executar as dívidas sem exoneração (cfr. art. 233º nº 1 alienas c) e d) do CIRE), ou mesmo, estipular a recuperação da sociedade com a possibilidade de execução de créditos após o cumprimento do plano (cfr. art. 192º nº 2 do CIRE).

A recuperação da empresa pode também implicar a extinção de execuções suspensas, se o plano contemplar a transformação dos respetivos créditos em capital social.<sup>63</sup>

Com o cumprimento do plano de insolvência o devedor e os responsáveis legais ficam desonerados da totalidade das dívidas da insolvência remanescentes, salvo se a não desoneração for expressamente determinada no plano (cfr. art. 197º alínea c) do CIRE).

---

<sup>61</sup> Determina o art. 711º do CPC, que através da sentença de verificação de créditos, esta pode ser usada como novo título executivo na antiga execução por força da novação.

<sup>62</sup> A este respeito, e a título exemplificativo, veja-se o Autor **VARELA, JOÃO DE MATOS ANTUNES**, *Das Obrigações em Geral*, Vol. II, 6ª Edição, Almedina, Coimbra, 2001, pg. 1036 e ss., bem como a restante doutrina aí citada.

<sup>63</sup> Neste sentido, **FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO/ LABAREDA, JOÃO**, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 1999, pg. 268, nota 7.

Assim, só com a análise do conteúdo do acordo é que podemos aferir qual foi a vontade das partes que intervieram na elaboração do plano de insolvência, nomeadamente prosseguir, suspender ou extinguir a ação executiva.

Sobretudo, torna-se evidente a importância do resultado destas deliberações quando constatamos que a sentença homologatória do plano dispõe de força executiva, nos termos do art. 233 nº 1 alínea c) do CIRE. Ou seja, as obrigações constituídas ao abrigo do plano têm eficácia externa, conforme determinam os arts. 192º nº 2 e 217º do CIRE.

O *plano de pagamentos*, aplicável a pessoas singulares ou titulares de empresas de pequena dimensão (cfr. arts. 249º e 250º do CIRE), fica dependente do pedido do devedor, na própria petição inicial (cfr. art. 251º do CIRE), ou, quando o processo de insolvência tenha sido desencadeado por outra pessoa para tanto legitimada, dentro do prazo para a apresentação de contestação (cfr. art. 253º do CIRE). O plano deve conter uma proposta de satisfação dos direitos dos credores, acautelando os interesses daqueles (cfr. art. 252º nº 1 do CIRE).

O plano de pagamentos é processado como incidente do processo de insolvência, em apenso ao mesmo, ou seja, terá sempre que ser instaurado um processo de insolvência, para que devedor possa apresentar aos credores uma proposta de plano de pagamentos (cfr. art. 263º do CIRE).

Com a sentença de homologação do plano de pagamentos o processo de insolvência é encerrado, nos termos do art. 259º nº 4 do CIRE, passando as alterações por ele introduzidas a produzir efeitos.

Por força do nº 1 do referido artigo, após trânsito em julgado da sentença que homologou o plano de pagamentos o juiz declara a insolvência do devedor, sendo aplicáveis os efeitos do preceituado no art. 39º nº 7 alínea a) também do CIRE, de acordo com o qual o *“devedor não fica privado dos poderes de administração e disposição do seu património, nem se produzem quaisquer dos efeitos que normalmente correspondem à declaração de insolvência ao abrigo das normas deste código”*. Ou seja,



fica o devedor obrigado a satisfazer as obrigações que constam do plano, nos termos em que foram modificadas, reduzidas ou extintas<sup>64 65</sup>, com exceção dos créditos que não tenham sido relacionados pelo devedor ou aqueles cujos titulares não foram ouvidos, por fato que não lhes seja imputável (crf. art. 257 nº 3 do CIRE).

Pelo que, quanto a estes últimos, as ações pendentes ou as novas ações prosseguem os seus ulteriores termos. No entanto, por aplicação analógica do art. 88º nº 1 do CIRE, enquanto vigorar o plano de pagamentos, serão suspensas todas as execuções por dívidas que integrem o mesmo e, consequentemente, ficam os credores impedidos de instaurar novos processos de execução, relativamente a esses créditos, sem prejuízo do art. 261º nº 3 do CIRE.

No caso de silêncio do plano, a lei determina as consequências do seu eventual incumprimento no art. 260º do CIRE, nomeadamente fica sem efeito a moratória e o perdão, nas hipóteses previstas no art. 218º nº 1 do CIRE.

Acresce que, na pendência do plano de pagamentos, pode verificar-se a apresentação de um novo pedido de declaração de insolvência, conforme dispõe o art. 261º do CIRE, quando: o incidente do plano de pagamentos ainda está em curso; ou o incidente do plano de pagamentos já foi decidido e homologado.

Por todo o exposto, analisadas estas quatro situações em que o exequente desconhece se poderá prosseguir com a sua ação executória, mantenho o entendimento inicialmente defendido. Por considerarmos que existe a possibilidade de recuperar o

---

<sup>64</sup> Veja-se LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Direito da Insolvência*, 4ª edição, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro 2017, pg. 364, a este prepósito faz aplicação analógica do art. 88º nº 1 do CIRE, que enquanto vigorar o plano de pagamentos, a suspensão das execuções por dívidas que tenham sido relacionadas e que integram o plano, ficam esses credores obrigados a exercer os seus direitos em conformidade com o estabelecido no plano.

<sup>65</sup> Obrigações que podem constar do plano, designadamente, a previsão de perdões, moratórias, períodos de carência, constituição de garantias ou extinção das mesmas, um programa calendarizado de pagamentos ou um pagamento de numa só prestação, e a adoção pelo devedor de medidas concretas de qualquer natureza suscetíveis de melhorar a sua situação patrimonial, conforme dispõe os arts. 233º nº 1 alínea c) e 252º nº 2 ambos do CIRE.

crédito, não deverá ocorrer o encerramento das ações executivas em curso sem antes terminar o processo de insolvência. Ou seja, a extinção da execução não deverá ser processada automaticamente, porque, e como tivemos oportunidade de analisar, na própria ação executiva suspensa poderão existir bens penhorados e o exequente poderá em consequência vir a perder a sua prioridade em relação aos restantes credores com a extinção da ação.

Mais, o efeito da suspensão ou as suas consequências legais, ao contrário da situação prevista no art. 793º do CPC, só operam após o juiz decretar oficiosamente, o que, por norma, só ocorre depois de tomar conhecimento da declaração de insolvência.

Portanto, o prosseguimento de qualquer ação executiva, não fica definitivamente comprometido, uma vez que existe a possibilidade de as ações pendentes poderem prosseguir no futuro, motivo pelo qual determina a lei com o efeito imediato da declaração de insolvência a suspensão das ações executivas e não a sua extinção.

Deve, assim, o exequente optar sempre pela suspensão do processo até encerramento do processo de insolvência e cessação dos respetivos efeitos, conforme decorre do art. 233º do CIRE.<sup>66</sup>

Estes, tal como outros efeitos da declaração de insolvência, produzem-se de imediato e de modo automático<sup>67</sup>, sem exigência do trânsito em julgado da respetiva sentença, dada a natureza urgente do processo de insolvência.

Porém, “não há regra sem exceção”, e existem casos excepcionais em que nenhum dos efeitos da declaração de insolvência se enquadra, nomeadamente:

---

<sup>66</sup> Neste sentido, **SERRA, CATARINA**, *As Novas Tendências do Direito Português da Insolvência – Comentário ao Regime dos Efeitos da Insolvência Sobre o Devedor no Projeto do Código da insolvência*, in AA. VV., *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas – Comunicações sobre o Anteprojeto de Código*, Ministério da Justiça, gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pg. 45.

<sup>67</sup> Neste sentido, **OLIVEIRA, DIONÍSIO**, *Os Efeitos Externos da insolvência – As Ações Pendentes Contra o Insolvente*, in *Revista JULGAR* – nº 9 – setembro/dezembro 2009, pg. 177.

a) Nos termos do art. 39º nº 1 do CIRE, *“Concluindo o juiz que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para a satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente e não estando essa satisfação por outra forma garantida, faz menção desse facto na sentença de declaração da insolvência e dá nela cumprimento apenas ao preceituado nas alíneas a) a d) e h) do artigo 36.º, declarando aberto o incidente de qualificação com carácter limitado.”*. Ou seja, deve-se sempre apurar se a insolvência do executado foi decretada na sua plenitude, sem qualquer efeito restritivo, uma vez que nestes casos não existe lugar à apreensão dos bens do insolvente nem à liquidação do ativo, pelo que não se produzem os efeitos que decorrem da declaração de insolvência e, consequentemente, nada obsta ao prosseguimento das execuções pendentes contra o insolvente.

Contudo, o juiz pode decretar a suspensão da ação logo que chegue ao seu conhecimento que o devedor, aqui executado, foi declarado insolvente, de forma a evitar atos nulos. A suspensão deverá cessar assim que tome conhecimento que a insolvência não foi declarada na sua plenitude e não foi requerido o complemento da sentença (caso esta tenha sido requerida, a insolvência produz obviamente os efeitos da suspensão da execução e a impossibilidade de se proporem novas execuções).

Assim, declarada a insolvência com carácter limitado e sem que seja requerido o seu complemento, não há lugar à suspensão prevista no art. 88º nº 1 do CIRE, uma vez que a mesma não se justifica porquanto o devedor se mantém na disponibilidade da administração e disposição dos seus bens não havendo lugar a reclamações de crédito, conforme dispõe o art. 39º nº 1 e 7 do CIRE.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> A título exemplificativo, o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12.03.2009, relatado por Maria José Mouro, no âmbito do Processo nº 2113/04.OYXLSB.L1.-2; Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, no âmbito do Processo nº 1116/08.OTBCBR-A.C1, de 14.04.2009, relatado por Jaime Ferreira; e os Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, de 18.06.2009, relatado por Carvalho Ferraz, no âmbito do Processo nº 26509/05.1YYPRT.P1, e em 13.11.2006, no âmbito do Processo nº 0655707, relatado por Sousa Lameira e de 05.05.2009, relatado por Maria Eiró, no Processo nº 0826304 – todos no sentido em

É, porém, certo que, no âmbito da ação executiva, deverá partir do exequente uma análise da utilidade do prosseguimento da ação executiva, quanto, no âmbito do processo de insolvência, tenha sido concluído que o património do devedor não é suficiente para satisfazer sequer as custas do processo e as dívidas previsíveis, pois será pouco provável a existência de bens suscetíveis de penhora, no âmbito da ação executiva.

b) Casos das ações para entrega de bens, designadamente nos casos da resolução de contrato de locação financeira ou de compra e venda com reserva de propriedade, em que os bens não integram a massa insolvente, motivo pelo qual não se justifica a sua suspensão, por se tratarem de execuções que não têm por objeto bens patrimoniais do insolvente.

Concluindo, quando se verifica a liquidação do ativo a prévia suspensão das execuções movidas contra o insolvente revelam-se o meio mais eficaz para garantir a igualdade de todos os credores quanto ao pagamento dos seus créditos,<sup>69</sup> bem como acautela a possibilidade de recuperação da sociedade no caso de ser aprovado um plano de insolvência, uma vez que evita a ocorrência de penhora ou mesmo venda de bens que comprometam a possibilidade de recuperação da sociedade, que poderá manter a sua atividade.

Contudo, independentemente da fase em que se encontram as ações, existem mecanismos processuais com o propósito imediato de atribuir aos credores o poder de intervir na verificação do ativo, no apuramento do ativo e por fim na liquidação deste.

---

que “A declaração de insolvência não conduz à inutilidade superveniente da lide, nos termos do art. 287º e) do CPC, quando na sentença de declaração de insolvência foi declarado aberto incidente de qualificação de insolvência com carácter limitado e não veio a ser requerida a complementação da sentença.” - disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>69</sup> Subjacente a esta suspensão está o princípio da *par condition creditorum*.

Ainda no âmbito do art. 88º do CIRE, importa referir que o preceituado no nº 2 – *“Tratando-se de execuções que prossigam contra outros executados e não hajam de ser apensadas ao processo nos termos do n.º 2 do artigo 85.º, é apenas extraído, e remetido para apensação, traslado do processado relativo ao insolvente”*. Ou seja, nas execuções que também corram contra terceiros ao processo de insolvência e em que *“não existe[m] bens apreendidos ou detidos para a massa”*, apenas é extraído e remetido traslado do processado relativamente ao insolvente, prosseguindo a ação quanto aos restantes executados. Isto, ao contrário dos casos em que, nas execuções também contra terceiros ao processo de insolvência, *“existe detenção ou apreensão de bens que integram a massa insolvente”* (cfr. art. 85º nº 2 do CIRE) e que o juiz ordena a apensação ao processo de insolvência.

Em ambas as situações a questão que se coloca, de imediato, é porquê extrair o traslado do processado relativamente ao insolvente, bem como a sua apensação ao processo de insolvência? Existe alguma consequência prática?

Em termos práticos não existe qualquer vantagem, sobretudo quando nesta ação não tenha havido qualquer penhora ou apreensão de bens que integrem a massa insolvente. Neste caso, o traslado apenas permitirá obter a informação que existia naquela ação que se encontra em curso e que, da mesma, não houve bens do insolvente afetados, uma vez que o processo se encontra suspenso quanto ao insolvente. Quanto à segunda situação e apesar de existirem bens apreendidos e afetados, o exequente tem sempre de reclamar créditos no âmbito da insolvência, e passando os bens apreendidos ou afetados a integrar a massa insolvente no processo de insolvência. Ou seja, não existe, em termos práticos, qualquer implicação quanto à apensação da ação em curso.

## 5) EFEITOS DO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO (PER) E DO PROCESSO ESPECIAL PARA ACORDO DE PAGAMENTOS (PEPAP) NAS AÇÕES PARA COBRANÇA DA DÍVIDA

Face à exposição *supra*, consideramos relevante no âmbito desta dissertação abordar os efeitos dos regimes PER e PEPAP nas ações para cobrança da dívida, atendendo às vicissitudes que acarretam.

O recente regime do PEPAP, introduzido pelo D.L. 79/2017, de 30 de junho, é praticamente idêntico ao regime do PER, tendo como única diferença a aplicação a pessoas singulares, que não sejam empresários e o PER aplicado a empresas, motivo pelo qual na presente exposição quando expusermos sobre os efeitos do PER nas ações para cobrança da dívida, iremos de igual modo inserir o regime do PEPAP.<sup>70</sup>

Ambos os processos têm caráter urgente (arts. 17º-A nº 3 e 222º-A nº 3 do CIRE) e podem ser utilizados por qualquer devedor que encontrando-se em situação económica difícil<sup>71</sup> ou em situação de insolvência meramente iminente<sup>72 73</sup>, mas que ainda seja suscetível de recuperação. Nestes processos, o devedor pode requerer ao tribunal a instauração de um PER ou PEPAP, de forma a estabelecer negociações com os credores, com a ajuda e orientação do administrador judicial provisório nomeado pelo tribunal, tendo em vista a obtenção de um acordo conducente à sua recuperação (cfr. arts. 17º-A nº 1 e 222º-A nº 1 do CIRE).

---

<sup>70</sup> O PER está regulado no corpo do Código no Capítulo II, do Título I, artigos 17º-A a 17º-J do CIRE, e o PEPAP está regulado no corpo do Código no Capítulo III, do Título IX, artigos 222º-A a 222º-J do CIRE. São aplicáveis, por remissão ou subsidiariamente, as disposições do processo de insolvência, dada a sua qualificação no CIRE, como um processo especial.

<sup>71</sup> Segundo determina os arts. 17º-B e 222º-B do CIRE: *“encontra-se em situação económica difícil o devedor que enfrentar dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito.*

<sup>72</sup> Segundo determina o art. 3º nº 4 do CIRE: *“Equipara-se à situação de insolvência actual a que seja meramente iminente”.*

<sup>73</sup> Os regimes PER e PEPAP não poderão ser utilizados quando o devedor está em situação de insolvência efetiva, sem possibilidade de recuperação.

Contudo, poderá também o devedor requerer a obtenção da homologação de um acordo extrajudicial, ou seja, antes do início de um processo PER ou PEPAP, desde que celebrado entre devedor e credores que representem pelo menos a maioria prevista no art. 212º do CIRE (cfr. art. 17º-I do CIRE).

Com efeito, a aprovação de um plano de recuperação no âmbito de um PER ou PEPAP, evita a declaração de insolvência do devedor, ao contrário da aprovação e homologação de um plano de pagamentos, regulados nos arts. 249º a 263º do CIRE, que importa a declaração de insolvência do devedor, após trânsito em julgado da sentença que homologou o plano (cfr. art. 259º nº 1 do CIRE).

Na pendência do processo e logo que o administrador judicial provisório é nomeado não podem ser instauradas ações para cobrança da dívida e as ações pendentes são suspensas, incluindo processos de insolvência eventualmente requeridos, quando a insolvência do devedor ainda não tenha sido declarada (art 17º-E nº 6 do CIRE).

Nessa sequência, importa analisar os efeitos externos sobre as ações declarativas e executivas para cobrança de dívidas no âmbito destes regimes, que se destacam essencialmente em dois momentos: o *primeiro*, quando é nomeado o administrador judicial provisório; e o *segundo*, após a aprovação e homologação do plano de recuperação.

No que respeita ao *primeiro* momento, o despacho de nomeação do administrador judicial provisório traduz-se na aceitação judicial da pretensão do devedor em encetar negociações que conduzam à sua revitalização, razão pela se dão os efeitos processuais do PER e do PEPAP nesta fase.

Dispõem assim os arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE que, “A decisão a que se refere a alínea a) do nº 3 do art. 17º-C [o nº 4 do artigo 222º-C] obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas (...)”.

Portanto, é evidente que a norma pretende determinar a extinção, por impossibilidade originária da lide (art. 277º alínea a) do CIRE), das ações que sejam intentadas contra o devedor após o despacho que determina a nomeação do administrador judicial provisório.

Acrescenta, ainda, os arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE que, “(...) *durante todo o tempo em que perdurarem as negociações, suspende, quanto à empresa [quanto ao devedor], as ações em curso com idêntica finalidade (...)*”.

Importa, assim, aferir que tipo de ações são suspensas durante o período em que decorrem as negociações.

As normas dos arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE não determinam que tipo de ações se encontram abrangidas na sua previsão, nomeadamente se aí se incluem apenas ações executivas ou também ações declarativas.

Quanto às ações executivas consideramos que não existirá margem para dúvidas, sendo unânime, tanto na jurisprudência como na doutrina que, estas estão previstas nas normas dos arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE.

Coloca-se apenas a questão de se saber se estão ou não incluídas todas as ações executivas.

Ora, somos do entendimento que está prevista a inclusão de todas as ações para pagamento de quantia em dívida, ou seja, as ações executivas de pagamento de quantia certa, entrega de coisa certa e de prestação de facto (sempre e quando se verifique a conversão das mesmas nos termos previstos nos arts. 867º ou 869º do CPC), face à expressão contida na norma “*ações para pagamento da quantia em dívida*”.

Verifica-se, assim, a suspensão das ações executivas para pagamento de quantia em dívida contra o devedor que recorreu ao PER ou PEPAP, conforme resulta da redação dos arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE, que dispõem expressamente que as ações - “*suspende, quanto à empresa [quanto ao devedor]*”.



Se as ações forem intentadas contra vários devedores, no que respeita às ações executivas, nada obsta, *à priori*, à propositura ou ao prosseguimento de execuções contra os restantes intervenientes, que não o devedor em PER ou PEPAP.

Situação diferente e mais complexa diz respeito às ações declarativas, que têm dividido tanto a nossa jurisprudência como doutrina.<sup>74 75</sup>

O nosso entendimento segue, também quanto a esta matéria, o sentido já exposto *supra* quanto aos efeitos processuais da declaração de insolvência. Ou seja, que as ações declarativas em que o devedor seja parte não são suspensas, podendo apenas ser apensadas ao processo, a pedido do administrador da insolvência (art. 85º nº 1 do CIRE), visto que o processo de insolvência apenas determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração e prosseguimento de qualquer ação executiva (art. 88º CIRE).

---

<sup>74</sup> Jurisprudência no sentido de que apenas as ações executivas estão aqui abrangidas pela suspensão, veja-se o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, no âmbito do Processo nº 1190/12.5TTLSB.L1-4, de 11.07.2013, relatado por Leopoldo Soares; o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 07.04.2014, relatado por Paula Maria Roberto, no âmbito do Processo nº 918/12.8TTPRT.P1 e o Acórdão da Relação de Coimbra, no âmbito do Processo nº 1075/13.8TVBIS, de 03.03.2015, relatado por Manuel Capelo – todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Na doutrina temos CASANOVA, NUNO SALAZAR/DINIS, DAVIS SEQUEIRA, *PER – O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17º a 17º I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra, Coimbra Editura, 2014, pg. 97 e ss.; EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, *O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra, Edições Almedina, 2016, pg. 32 e ss. e OLIVEIRA, MADALENA PERESTRELO DE, *O processo especial de revitalização: o novo CIRE*, in *Revista de Direito das Sociedades*, ano 4, nº 3 de 2012, pg. 718 e 719.

<sup>75</sup> Jurisprudência no sentido de que a suspensão abrange também as ações declarativas, veja-se os Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra, de 16.10.2012, relatado por Carlos Moreira, no âmbito do Processo nº 421/12.6TBTND.C1; e o proferido no âmbito do Processo nº 1112/13.6TTCBRC.1, de 27.02.2014, relatado por Ramalho Pinto; o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, no âmbito do Processo nº 1530/13.0TBGMR-B.G1, de 26.09.2013, relatado por José Estilista de Mendonça, e os Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, de 30.06.2014, relatado por Caimoto Jácome, no âmbito do Processo nº 1251/12.0TYVNG.P1; de 30.09.2013, no âmbito do Processo nº 516/12.6 TTBRG.P1, relatado por António José Ramos e no âmbito do Processo nº 344/13.1TTMAL.P1, de 04.07.2014, relatado por João Nunes – todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt). Na doutrina temos FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO/ LABAREDA, JOÃO, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2015, pg. 160, nota 3; PEREIRA, JOÃO AVEIRO, *A Revitalização Económica dos Devedores*, in “O Direito”, Coimbra, Edições Almedina, 2013, pg. 37; SILVA, FÁTIMA REIS, *Processo Especial de Revitalização – Notas práticas e Jurisprudência Recente*, Porto, Porto Editora, 2014, pg. 53.

Entendemos, pois, que os arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE, só abrangem as ações executivas propostas contra o devedor, visto que o PER e o PEPAP são processos de cariz concursal, não existindo qualquer obstáculo quanto ao prosseguimento ou propositura de nova ação declarativa. Isto porque não prejudicam as negociações estabelecidas no âmbito do PER (crédito potencial e não crédito declarado), uma vez que a verificação dos créditos tem eficácia de caso julgado formal no âmbito destes regimes, não externamente, podendo o respetivo credor ter interesse no prosseguimento dessa ação declarativa até obtenção da sentença condenatória. O mesmo não sucede no caso de suspensão das ações, e consequentemente extinção no caso de aprovação de plano de recuperação (parte final dos arts. 17º-E e 222º-E do CIRE).

Acresce que, as ações declarativas têm sempre o propósito de estabelecer ou discutir a existência do direito e nunca a realização coerciva do mesmo, isto porque um direito cuja existência é, ainda, controvertida não é suscetível de execução. Aliás, as ações de condenação, que podem ser aquelas que mais dúvidas levantam, são ações que não têm o propósito de cobrar uma dívida propriamente dita, mas sim obter o reconhecimento judicial da sua existência e obrigatoriedade de pagamento. Isto é, não se trata, de uma forma coerciva de prestação, sem prejuízo de constituir um meio idóneo para atingir tal fim, - pois caso seja proferida sentença condenatória e se verifique o incumprimento do devedor, não efetuando o pagamento da quantia a que foi condenado, pode o credor dar entrada de requerimento executivo para pagamento de quantia certa, conforme determina o art. 703º nº 1 alínea a) do CPC.

No entanto, se o devedor for condenado, na pendência do processo de revitalização, nenhuma diligência executiva pode ser proposta contra o seu património, evitando que o credor se prevaleça dele.

Os efeitos da extinção e suspensão produzem efeitos logo após a prolação do despacho de nomeação do administrador judicial provisório e não com a publicação ou notificação desse despacho, conforme regula os arts. 17º-E nº 1 e 6 e 222º-E nº 1 e 6 do CIRE.

Quanto à cessação desses efeitos, a lei apenas dispõe nos arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE, *“durante todo o tempo em que perdurarem as negociações”*, acrescentando que as ações suspensas extinguem-se logo que seja *“aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação”*, não fazendo qualquer referência quanto à cessação da proibição da instauração de ações para cobrança da dívida.

Assim, terminadas as negociações, se o plano de recuperação não for homologado e se o devedor não estiver em situação de insolvência - competindo ao administrador judicial provisório após ouvir o devedor e credores, informar o Tribunal se o devedor está em situação de insolvência - as ações de cobrança suspensas quanto ao devedor podem prosseguir e podem ser propostas novas ações.

No caso de aprovação e homologado de um plano de recuperação, as ações extinguem-se, salvo se o plano contiver cláusula em sentido contrário. Também se verificando a extinção de processos de insolvência que porventura se encontrem estivessem pendentes contra o devedor.

Chegado ao *segundo* momento, sobre os efeitos da aprovação e homologação de acordo de recuperação, que nos termos da parte final dos arts. 17º-E nº 1 e 222º-E nº 1 do CIRE, importa a extinção das ações que se encontravam suspensas, salvo quando o acordo preveja a sua continuação.

Ora, esta norma permite a prossecução de ações suspensas e foi pensada para as ações, incidentes de liquidação e embargos de executado, em que a liquidação e reconhecimento não tenham sido acordados no próprio plano, como forma de permitir a liquidação dos créditos ilíquidos e o reconhecimento dos créditos litigiosos nestes casos.

Conforme entendimento seguido por Fátima Reis Silva, *“não vemos exactamente qual o sentido útil de fazer extinguir todas as ações de cobrança de dívida com a aprovação e homologação do plano. A suspensão serve o propósito de retirar pressão do devedor e dar-lhe uma “folga” para negociar. No entanto, nada obstará que*

*os processos prosseguissem (pode haver créditos litigiosos e se tal não estiver previsto no plano os credores pura e simplesmente terão de intentar novas ações) já que sempre o plano aprovado tem efeito sobre tais créditos – cfr. art. 17º-F nº 6”.*<sup>76</sup> Sobre esta questão Catarina Serra levanta a seguinte pergunta: se “*não haverá alguma displicência na determinação da extinção generalizada das ações*” e acrescenta que “*não sendo possível outra leitura do art. 17º E, o recurso do devedor ao PER representa, para os titulares de créditos litigiosos, uma hipótese verdadeiramente temível: o PER não só não lhes aproveita nada como ainda produz efeito destruídos da sua pretensão*”.<sup>77</sup>

Seguimos o mesmo entendimento, pois consideramos que, não se encontrando o crédito reconhecido, verificado e previsto no plano aprovado, o credor fica “desprotegido” pelo que se torna necessário as ações prosseguirem até ser proferida sentença de condenação.

Acresce que, se a ação em curso se extingue com a aprovação e homologação do acordo de recuperação, nada impede o credor de propor nova ação com o mesmo pedido, apenas tornaria mais difícil a posição do credor, que terá de repetir todos os esforços já levados a cabo.

Pelo que, cremos que o legislador não pretendeu impedir a apreciação judicial e o eventual reconhecimento dos créditos litigiosos ou créditos ilíquidos.

Em caso de não homologação do plano no PER, verificam-se os efeitos são os efeitos típicos do encerramento dos processos: o administrador judicial provisório é destituído, o devedor recupera o poder de praticar atos de especial relevo sem necessidade de pedir autorização ao administrador e as ações suspensas contra o

---

<sup>76</sup> SILVA, FÁTIMA REIS, *Questões Processuais Relativas ao PER*, in *Processo de Insolvência e Acções Conexas*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, dezembro 2014, pg. 81, disponível em [www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt).

<sup>77</sup> SERRA, CATARINA, *Revitalização – A designação e o misterioso objeto designado. O processo homónimo (PER) e as suas ligações com a insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, in *I Congresso de Direito da Insolvência*, coord. Por Catarina Serra, Coimbra, Edições Almedina, 2013, pg. 99 e ss.

devedor, incluindo o processo de insolvência prosseguem, bem como os credores recuperam o poder de propor novas ações contra o devedor.

### **5.1) EFEITOS DO SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR VIA EXTRAJUDICIAL (SIREVE) NAS AÇÕES PARA COBRANÇA DA DÍVIDA**

A finalidade do SIREVE, à semelhança do PER (cfr. art. 17º-A nº 1 do CIRE) é a recuperação da empresa. Sendo que este meio processual dirige-se em particular a algumas empresas abrangidas e tem um cariz extrajudicial, permitindo um maior envolvimento dos credores nas soluções de recuperação, cujo procedimento de conciliação centra-se na esfera do devedor e dos credores participantes (com maioria qualificada) com a mediação do IAPMEI.

O devedor não pode recorrer ao processo SIREVE<sup>78</sup>, se estiver pendente um PER, (art. 18º nº 1 alínea c) do D.L. nº 178/2012, de 3 de agosto), assim como também não o poderá fazer se tiver concluído um PER sem que seja aprovado o plano de recuperação (ou se se tiver verificado o incumprimento dos seus termos), nos dois anos anteriores à apresentação do requerimento de utilização do SIREVE, conforme dispõe do art. 17º-G do CIRE e art. 18º nº 1 alínea d) do D.L. nº 178/2012, de 3 de agosto.

Se o devedor recorrer ao SIREVE antes de obter pelo PER não se encontra impedido de lançar mão ao segundo, ainda que o processo do SIREVE não se encontre encerrado (art. 18º nº 6 e 7 do D.L. nº 178/2012, de 3 de agosto).<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> O SIREVE entrou em vigor em 03 de agosto de 2012, aprovado pelo D.L. 178/2012, mas recentemente foi alterado pelo D.L. 26/2015, de 06 de fevereiro. Surge no âmbito do Programa de Assistência a Portugal que foi acordado com a Troika, em que se pretendia dar especial atenção a matérias relacionadas com a reestruturação. Este regime, tinha como propósito a adoção de *“princípios gerais de reestruturação voluntária extrajudicial em conformidade com as boas práticas internacionais”*, princípios estes que constam da Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, publicado a 25 de outubro.

<sup>79</sup> A relação entre o SIREVE com o processo de insolvência, estabelece o regime do SIREVE que este meio não é suscetível de utilização em situação de insolvência atual, e que a apresentação à insolvência por parte do devedor, ou a declaração de insolvência da empresa, obsta à sua utilização (cfr. art. 18º nº 1 a) e b) do SIREVE). No entanto, se o processo de insolvência estiver pendente, não obsta à utilização do SIREVE quando esta tenha sido requerida pelo devedor ou pelos seus legitimados, podendo ser o processo de insolvência suspenso pelo juiz, a requerimento da empresa, mediante despacho de aceitação do requerimento de utilização do SIREVE cfr. art. 18º nº 3 do SIREVE).

A proximidade dos regimes jurídicos, sobretudo, porque ambos têm como objetivo o estabelecimento de negociações entre o devedor e os seus credores, tendo em vista alcançar um acordo que permita o devedor manter a sua atividade, evitando a insolvência, pautando-se ambos pelos mesmos princípios definidos na Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, de 25 de outubro.

Este regime não tem gerado tantas dúvidas e controvérsia como o PER, mas justifica, ainda, uma análise dos efeitos do SIREVE sobre as ações declarativas e executivas.

Desde logo, o regime do SIREVE no art. 11º nº 2 do D.L. nº 178/2012, de 3 de agosto, dispõe o seguinte: *“O despacho de aceitação do requerimento de utilização do SIREVE obsta à instauração contra a empresa, ou respetivos garantes relativamente às operações garantidas, de quaisquer ações executivas para pagamento de quantia certa ou outras ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias enquanto o procedimento não for extinto, e suspende, automaticamente e por igual período, as ações executivas para pagamento de quantia certa ou quaisquer outras ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias, instauradas contra a empresa, ou respetivos garantes relativamente às operações garantidas, que se encontrem pendentes à data da respetiva prolação.”*<sup>80</sup> (sublinhado nosso). Ou seja, ao contrário do que sucede com o PER, identifica, de forma clara, o tipo de ações afetadas.

De igual modo acautela este regime os créditos litigiosos e créditos ilíquidos, visto que de acordo com o art. 13º nº 1 do SIREVE *“Celebrado o acordo nos termos do artigo anterior, e salvo quando o mesmo preveja a manutenção da respetiva suspensão, extingem-se automaticamente as ações executivas para pagamento de quantia certa instauradas contra a empresa e ou os seus respetivos garantes relativamente às*

---

<sup>80</sup> Nas ações executivas para pagamento de quantia certa ou quaisquer outras ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias, instauradas contra a empresa, as partes devem estipular o regime de repartição dos encargos e das custas com os processos, sendo que, na falta de estipulação, os mesmos serão suportados em partes iguais, pelo credor e empresa, nos termos do art. 12º nº 5 do D.L. nº 178/2012.

*operações garantidas, e, salvo transação, mantêm-se suspensas, por prejudicialidade, as ações destinadas a exigir o cumprimento de ações pecuniárias instauradas contra a empresa e ou os seus respectivos garantes relativamente às operações garantidas.”*  
(sublinhado nosso)

Acrescentando o nº 2, do citado artigo que, “O disposto no número anterior não se aplica às ações executivas para pagamento de quantia certa ou quaisquer outras ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias, instauradas por credores que não tenham subscrito o acordo.”

Ou seja, os efeitos do acordo não afetam as ações intentadas pelos credores que não tenham votado e subscrito tal acordo, porque também não o são os créditos objeto das mesmas (cfr. art. 13º nº 2, da redação dada pelo D.L. 26/2015, que eliminou a referência aos casos em que as mencionadas ações tinham sido instauradas por credores relativamente aos quais o acordo produza efeitos por força do art. 19º nº 2). Sendo que, em determinadas situações, é possível obter o suprimento judicial da aprovação dos credores que não subscreveram o acordo (cfr. art. 19º nº 2 do SIREVE). O suprimento e homologação têm os mesmos efeitos previstos no CIRE para o plano de pagamentos.

Mas mesmo que estes credores subscrevam o acordo, as ações declarativas para satisfação dos seus créditos em curso apenas se extinguem se tiver havido transação, o que significa que o crédito deixou de ser litigioso. Na falta de transação, estas ações ficam suspensas, por prejudicialidade, sendo extintas se o plano for cumprido.

Quanto às ações executivas intentadas pelos credores que subscreveram o acordo, extinguir-se-ão, a não ser que o acordo preveja a manutenção da suspensão.

Acresce que, no âmbito do regime legal do SIREVE, a proibição de instauração e a suspensão de ações para cobrança de dívidas se estende aos garantes, relativamente às operações garantidas, cfr. art 11º nº 2 do D.L. nº 178/2012, de 3 de agosto, na redação do D.L. nº 26/2015, de 6 de fevereiro, ao contrário dos regimes do PER e PEPAP. Ou seja, equipara os garantes à posição do devedor.

Em caso de incumprimento do acordo estabelecido no âmbito do SIREVE, o IAPMEI comunica o incumprimento ao Tribunal, onde correm as ações executivas para pagamento da quantia certa e outras ações destinadas ao cumprimento de obrigações pecuniárias pendentes e intentadas contra a empresa ou respetivos garantes quanto à obrigações garantidas, sendo aplicável o disposto no CPC quanto ao prosseguimento ou renovação da instância, com as devidas adaptações se a ação estiver extinta ou ainda suspensão, cfr. art. 14º nº 3 da redação do D.L. nº 26/2015.

Recebida a comunicação o Tribunal pode determinar, nos termos gerais, a renovação da instância ou a imediata prossecução dos autos, consoante os casos (cfr. art. 14º nº 4 da redação do D.L. nº 26/2015).



## **CONCLUSÃO:**

Da nossa análise concluímos que os efeitos da declaração de insolvência sobre o devedor e outras pessoas não se encontram reguladas autonomamente, no CIRE, ao contrário do que sucedia no regime falimentar anterior, que dedicava o capítulo XIII (arts. 238º e 239º do CPEREF) a esta temática e disciplinava expressamente os efeitos do encerramento do processo de insolvência.

No entanto, o regime anterior não elucidava de forma plena a sua aplicabilidade, sendo o atual regime previsto no CIRE mais claro e inovador.

No âmbito das ações declarativas tivemos a oportunidade de verificar que estas, ao contrário do que sucede com as ações executivas, não se encontram reguladas de forma expressa e sistemática, dentro da secção que dispõe sobre os efeitos da declaração de insolvência no CIRE. Motivo pelo qual a solução legal, ou seja as consequências do processo de insolvência sobre as ações declarativas, resulta da conjugação dos diversos princípios difundidos nos vários preceitos vertidos nas normas processuais gerais que disciplinam as ações declarativas de condenação.

Concluimos, quanto aos efeitos da declaração de insolvência sobre estas ações, que deve ser seguido o entendimento segundo o qual a declaração de insolvência acarreta a inutilidade ou impossibilidade superveniente da lide, isto nos casos em que no âmbito do processo de insolvência são efetivamente pagos os créditos verificados e não impugnados, bem como nos casos em que as sociedades comerciais são extintas com a liquidação do ativo. Isto porque, caso se consiga obter o pagamento dos créditos ou a liquidação das sociedades comerciais insolvente, de nada servirá o prosseguimento das ações em curso.

No que toca aos restantes casos, seguimos o entendimento minoritário, mas ainda assim, sufragado pela nossa jurisprudência, que defende que nada obsta ao prosseguimento das ações, uma vez que estas não colocam em crise a igualdade entre credores.

No que se refere aos efeitos da declaração de insolvência sobre ações executivas, constatamos que estes se encontram especialmente contemplados nas normas do art. 793º do CPC e art. 88º do CIRE.

Assim, torna-se possível, por força do disposto no art. 793º do CPC, antecipar quais os efeitos da declaração de insolvência sobre as ações executivas, uma vez que qualquer credor pode obstar a suspensão da execução mostrando que foi requerida a recuperação da empresa ou insolvência do executado.

Conforme resulta do regime especialmente regulado no art. 88º nº 1 do CIRE: “A declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer accção executiva intentada pelos credores da insolvência; porém, se houver outros executados, a execução prossegue contra estes”.

Assim, concluímos que deve ser seguido o entendimento geral suportado pela nossa jurisprudência e doutrina, de acordo com o qual, até ao encerramento do processo de insolvência, deve a instância permanecer suspensa, ao invés da solução da extinção automática das execuções. A via da suspensão é, pois, aquela que se afigura mais favorável a garantir a recuperação do crédito, porque permite a subsistência de uma ação que, em caso de encerramento do processo de insolvência sem que sejam pagos todos os créditos, será retomada pelo credor não pago, nomeadamente através da renovação da execução da execução. Mais, a própria lei determina que o efeito imediato da declaração de insolvência deve ser a suspensão das ações executivas e não a extinção destas ações.

Concluímos, pois, que os efeitos processuais externos da declaração de insolvência sobre as ações declarativas e executivas para cobrança da dívida, a propor ou pendentes, de que o insolvente seja parte (como autor/exequente ou réu/executado), têm, necessariamente, implicações ao nível interno do processo de insolvência. Isto é, a decisão ou tramitação de uma ação externa pode ter consequências

a nível interno do processo de insolvência quando afere, por exemplo, a apreensão e liquidação dos bens afetos à massa, afetando, consequente, o pagamento aos credores.

O destino das ações para cobrança da dívida (declarativas e executivas) depende, pois, de várias condicionantes, designadamente do sujeito passivo da declaração de insolvência, da fase em que se encontra a insolvência e do regime jurídico do encerramento do processo.

Não obstante, em consequência do encerramento do processo de insolvência, todos os efeitos da declaração de insolvência cessam, recuperando o devedor, designadamente, o poder de disposição e de administração dos seus bens (salvo se a qualificação da insolvência for culposa), conforme resulta do disposto no art. 233.º 1 alínea a) do CIRE.

Mais, nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 233.º do CIRE, os credores da insolvência podem reclamar os seus créditos sem as restrições constantes dos arts. 85.º e ss., podendo, inclusivamente, intentar novas ações executivas, munidos de títulos executivos obtidos no próprio processo de insolvência, porquanto constituem título executivo a própria sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como da sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em ação de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência ou do plano de pagamentos.

Contudo, ficam sempre ressalvadas as alterações introduzidas por eventual plano de insolvência ou plano de pagamentos e o disposto no art. 242.º nº 1 do CIRE, no caso de insolvência de pessoas singulares em *que “não são permitidas quaisquer execuções sobre os bens do devedor destinadas à satisfação dos créditos sobre a insolvência durante o período da cessão”*.

Finalmente, cumpre referir que os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos, nos termos prescritos na alínea d) do nº 1 do art. 233.º do CIRE.

Sobretudo, concluímos que, apenas com a análise do desenvolvimento e desfecho do processo de insolvência é que podemos apurar, com total certeza, quais os efeitos da declaração de insolvência nas ações para cobrança da dívida.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **LIVROS:**

ALVES, Lurdes Dias – Os Efeitos Jurídicos da Declaração de Insolvência, Lisboa, Quorum, novembro de 2014.

BEZERRA, Antunes Varela J. Miguel; NORA, Sampaio e – Manual de Processo Civil, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1985.

BOTELHO, João - Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Notas de Jurisprudência, 3ª Edição, Trofa, Nova Causa – Edições Jurídicas, setembro 2013.

CASANOVA, Nuno Salazar; DINIS, David Sequeira – PER Processo Especial de Revitalização, comentários aos artigos 17.º A a 17.º I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Coimbra, Coimbra Editora, março 2014.

CORDEIRO, António Menezes – Manual de Direito Comercial, 2ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_, Perspetivas Evolutivas do Direito da insolvência, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

CORREIA, Miguel J. A. Pupo – Direito Comercial – Direito da Empresa, 11ª Edição, Lisboa, Ediforum – Edições Jurídicas, setembro de 2009.

CRUZ, Sebastião - Direito Romano (ius romanum), Vol. I, 4ª Edição, Coimbra, Dislivro, 1984.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário – Manual de Direito da Insolvência, 4ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, outubro de 2014.

\_\_\_\_\_, Manual de Direito da Insolvência, 6ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, outubro de 2016.

\_\_\_\_\_, O Processo Especial de Revitalização, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro de 2015.

ESTEVES, Maria José; AMORIM, Sandra Alves; VALÉRIO, Paulo – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Anotado, Porto: Vida Económica, maio de 2012.

FERNANDES, Luís A. Carvalho, LABAREDA, João – Insolvência Transfronteiriças, Lisboa, Quid Juris, 2003.

\_\_\_\_\_, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 1999.

\_\_\_\_\_, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Anotado, 2ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2009.

\_\_\_\_\_, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Anotado, 3ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2015.

FREITAS, José Lebre; REDINHA, João; PINTO, Rui - Código de Processo Civil, Anotado, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.

LEITÃO, Adelaide Menezes – Direito da Insolvência, Coimbra, Edições Almedina, junho de 2017.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes – Direito da Insolvência, 7ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro 2017.

\_\_\_\_\_, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Anotado, 9ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, Setembro de 2017.

LOBO, Gonçalo Gama; MARTINS, Luís M.; VIEIRA, Manuel António; VIEIRA, Nuno da Costa Silva; MAGALHÃES, Telmo – Jurisprudência A a Z, Insolvência, Volume Especial, Trofa, Nova Causa – Edições Jurídicas, dezembro 2011.

MACEDO, Pedro de Sousa – Manual de Direito das Falências, Vol. II, Coimbra, Edições Almedina, 1968.

MARTINS, Alexandre de Soveral – Um Curso de Direito da Insolvência, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro de 2015.

MARTINS, Luis M. – Processo de Insolvência, 3ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, junho 2013.

OLIVEIRA, Joana Albuquerque – Os Efeitos Jurídicos da Declaração de Insolvência e de Recuperação de Empresas, 2ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, agosto de 2012.

PEREIRA, João Aveiro - *A Revitalização Económica dos Devedores*, in “O Direito”, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

PINTO, Rui – Direitos da Insolvência, Estudos, Coimbra, Coimbra Editora, fevereiro de 2011.

PRATA, Ana; CARVALHO, Jorge Morais; Simões, Rui - Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Anotado, Coimbra, Edições Almedina, setembro 2013.

REIS, Alberto dos – Código de Processo Civil, Anotado, Vol. I, 3ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1982.

SERRA, Catarina – O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução, Coimbra, Edições Almedina, 2004.

\_\_\_\_\_, O Regime Português da Insolvência, 5ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, setembro de 2012.

\_\_\_\_\_, II Congresso de Direito da Insolvência, concretamente a parte apresentada pela Autora ALEXANDRE, Isabel – Efeitos processuais da abertura do processo de revitalização, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_, III Congresso de Direito da Insolvência, concretamente a parte apresentada pelo Autor OLIVEIRA, Artur Dionísio – Os efeitos processuais do PER e os créditos litigiosos, Coimbra, Edições Almedina, dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_, O Processo Especial de Revitalização na Jurisprudência, 2ª Edição, Coimbra, Edições Almedina, março de 2017.

SILVA, Fátima Reis - *Processo Especial de Revitalização* – Notas práticas e Jurisprudência Recente, Porto, Porto Editora, 2014.

VARELA, João de Matos Antunes - Das Obrigações em Geral, Vol. II, 6ª Edição, Almedina, Coimbra, 2001.

VASCONCELOS, L. Miguel Pestana de – Recuperação de empresas: o processo especial de revitalização, Coimbra, Edições Almedina, fevereiro de 2017.

#### ARTIGOS/REVISTAS/MONOGRAFIAS/E-BOOKS:

ALMEIDA, António Pereira de - Efeitos do processo de insolvência nas acções declarativas, disponível em [www.revistadedireitocomercial.com](http://www.revistadedireitocomercial.com), 2017.

Centro de Estudos Judiciários – Processo de Insolvência e Ações Conexas, E-Book, dezembro de 2014, disponível em [www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt).

CORDEIRO, António Menezes - na Revista *O Direito* nº 137, 2005, III, Coimbra, Edições Almedina.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário – Os Efeitos Processuais da Declaração de Insolvência, o presente texto, serviu de apoio à intervenção da Autora nas I Jornadas de Direito Processual Civil de Valpaços, novembro de 2011.

GONÇALVES, Carla; VICENTE, Sónia – Os Efeitos Processuais da Declaração de insolvência, Centro de Estudos Judiciários, 27 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Artur Dionísio – Os Efeitos Externos da Insolvência – As Ações Pendentes Contra o Insolvente, in Revista JULGAR nº 9, setembro/dezembro de 2009.

OLIVEIRA, Madalena Perestrelo de - *O processo especial de revitalização: o novo CIRE*, in Revista de Direito das Sociedades, ano 4, nº 3 de 2012.

PEREIRA, João Aveiro - A Revitalização Económica dos Devedores, in Processo de Insolvência e Ações Conexas, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, dezembro de 2014, disponível em [www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt).

SERRA, Catarina – As Novas Tendências do Direito Português da Insolvência – Comentário ao Regime dos Efeitos da Insolvência sobre o Devedor no Projeto do Código da Insolvência, in AA., Código da Insolvência e Recuperação de Empresas – Comunicações sobre o Anteprojeto de Código, Ministério da Justiça, gabinete de política legislativa e planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

\_\_\_\_\_, Revitalização – A designação e o misterioso objeto designado. O processo homónimo (PER) e as suas ligações com a insolvência (situação e processo) e com o SIREVE, in I Congresso de Direito da Insolvência, coord. por Catarina Serra, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

SILVA, Fátima Reis - Questões Processuais Relativas ao PER, in Processo de Insolvência e Acções Conexas, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, dezembro 2014, disponível em [www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt).

#### JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA:

Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 1/2014, de 08 de maio de 2013, Processo nº 170/08.0TTALM.L1S1, relatado pelo Conselheiro Manuel Augusto Fernandes da Silva – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25.03.2010, Processo nº 2532/05.5TTLSB,L1,S1, relatado por Pinto Hespanhol – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13.01.2011, Processo nº 2209/06.4TBFUN-L1.S1, relatado por Pereira da Silva – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20.09.2011, Processo nº 2435/09.4TBMTS.P1, relatado por Garcia Calejo – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15.03.2012, Processo nº 501/10.2TVLSB.S1, relatado por Sebastião Povoas – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13.11.2006, Processo nº 0655707, relatado por Sousa Lameira – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).



Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 14.12.2006, Processo nº 0636938, relatado por Gonçalo Silvano – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 17.12.2008, Processo nº 0836085, relatado por Maria Catarina – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 05.05.2009, Processo nº 0826304, relatado por Maria Eiró – disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 18.06.2009, Processo nº 26509/05.1YYPRT.P1, relatado por Carvalho Ferraz – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21.06.2010, Processo nº 1382/08.1TJVNF.P1, relatado por Anabela Luna de Carvalho – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 03.11.2011, Processo nº 3845/04.9TBSTS-A.P1, relatado por Guerra Banha – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15.03.2012, Processo nº 5614/11.0TBVNG.P1, relatado por Filipe Caroco – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19.06.2012, Processo nº 37/09.4TBMCD-D.P1, relatado por Rodrigues Pires – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 30.09.2013, Processo nº 516/12.6TTBRG.P1, relatado por António José Ramos – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 03.02.2014, Processo nº 713/12.4TTMTS.P1, relatado por Eduardo Petersen Silva – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 07.04.2014, Processo nº 918/12.8TTPRT.P1, relatado por Paula Maria Roberto – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28.04.2014, Processo nº 462/12.3TTSTS.P1, relatado por António José Ramos – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 30.06.2014, Processo nº 1251/12.0TYVNG.P1, relatado por Caimoto Jácome – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 04.07.2014, Processo nº 344/13.1TTMAL.P1, relatado por João Nunes – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 28.04.2015, Processo nº 1851/10.3T2AVR-D.P1, relatado por Anabela Dias da Silva – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21.09.2006, Processo nº 3352/2006-7, relatado por Caetano Duarte – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12.03.2009, Processo nº 2113/04.OYXLSB.L1.-2, relatado por Maria José Mouro – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15.02.2011, Processo nº 1135/06.1TVLSB.L1-1, relatado por Manuel Marques – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16.03.2011, Processo nº 884/09.7TTALM.L1-4, relatado por Natalino Bolas – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14.04.2011, Processo nº 5810/09.0TVLSB.L1-8, relatado por Catarina Arêlo Manso – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11.05.2011, Processo nº 17172/10.9T2SNT.L1-4, relatado por José Feteira – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 30.06.2011, Processo nº 179/04.2TBMFR.L1-7, relatado por Maria João Areias – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10.11.2011, Processo nº 15/08.0TVLSB.L1-8, relatado por Carla Mendes – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 31.01.2012, Processo nº 545/10.4TBENV.L1-7, relatado por Gouveia de Barros – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11.07.2013, Processo nº 1190/12.5TTLSB.L1-4, relatado por Leopoldo Soares – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 14.04.2009, Processo nº 1116/08.0TBCBR-A.C1, relatado por Jaime Ferreira – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 03.11.2009, Processo nº 68/08.1TBVLF-B.C1, relatado por Teresa Pardal – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 26.10.2010, Processo nº 169/08.6TBVLF-F.C1, relatado por Francisco Caetano – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 22.03.2011, Processo nº 216881/08.4TIPRT.C1, relatado por Artur Dias – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 16.10.2012, Processo nº 421/12.6TBTND.C1, relatado por Carlos Moreira – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 20.11.2012, Processo nº 6/1999.C1, relatado por Falcão de Magalhães – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 27.02.2014, Processo nº 1112/13.6TTCBRC.1, relatado por Ramalho Pinto – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25.03.2014, Processo nº 219227/10.8YIPRT-A.C1, relatado por Teles Pereira – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão da Relação de Coimbra, de 03.03.2015, Processo nº 1075/13.8TVBIS, relatado por Manuel Capelo – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 05.06.2008, Processo nº 825/08-1, relatado por Antero Veiga – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 15.09.2011, Processo nº 71/11.4TBPCR, relatado por Amílcar Andrade – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 26.09.2013, Processo nº 1530/13.0TBGMR-B.G1, relatado por José Estilita de Mendonça – disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).